



**Tribunal
de Contas**
ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO

DESEMPENHO ANUAL - 2021

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1 – INTRODUÇÃO	8
2 – DESEMPENHO INSTITUCIONAL	11
3 – PERSPECTIVA RESULTADOS PARA A SOCIEDADE	12
OBJETIVO ESTRATÉGICO 01 Contribuir para a efetividade da gestão e das políticas públicas	12
OBJETIVO ESTRATÉGICO 02 Prevenir e combater a corrupção e o uso indevido de recursos públicos	12
OBJETIVO ESTRATÉGICO 03 Promover a transparência e o exercício do controle social	12
INDICADOR ESTRATÉGICO 3.1 Número de acessos ao tome conta	12
OBJETIVO ESTRATÉGICO 04 Aproximar o TCE-PE da sociedade	14
4 – PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS	15
OBJETIVO ESTRATÉGICO 05 Aperfeiçoar a capacidade técnica dos jurisdicionados	15
INDICADOR ESTRATÉGICO 5.1 Taxa de satisf. Dos servidores de jurisdicionados com as capacitações Projetos estratégicos relacionados com o objetivo	15 16
OBJETIVO ESTRATÉGICO 06 Aumentar a efetividade das ações de controle externo Projetos estratégicos relacionados com o objetivo	16 16
OBJETIVO ESTRATÉGICO 07 Aumentar a agilidade do processo de controle externo	16
INDICADOR ESTRATÉGICO 7.1.2 - Taxa de tempestividade de pc de gestão 7.1.3 - Taxa de tempestividade de recurso 7.1.4 - Taxa de tempestividade de medida cautelar 7.1.5 - Taxa de tempestividade de auditoria especial 7.1.6 - Taxa de tempestividade de admissão de pessoal 7.1.7 - Taxa de tempestividade de APR 7.1.8 - Taxa de tempestividade - demais modalidades 7.2.1 - Taxa de redução do estoque fora do prazo em 01/01 de pc de governo 7.2.2 - Taxa de redução do estoque fora do prazo em 01/01 de pc de gestão 7.2.3 - Taxa de redução do estoque fora do prazo em 01/01 de recurso 7.2.4 - Taxa de redução do estoque fora do prazo em 01/01 de medida cautelar 7.2.5 - Taxa de red. Do estoque fora do prazo em 01/01 de auditoria especial 7.2.6 - Taxa de red. Do estoque fora do prazo em 01/01 de admissão de pessoal 7.2.7 - Taxa de redução do estoque fora do prazo em 01/01 de APR 7.2.8 - Taxa de red. Do estoque fora do prazo em 01/01 - demais modalidades 7.3 - Taxa de modalidades processuais implantadas no e-tcepe 7.4 - Taxa de red. Do estoque em 01/01 de processos físicos formalizados até 2017	16 18 20 21 23 24 26 28 29 31 32 34 36 37 39 40 41
PROJETOS ESTRATÉGICOS RELACIONADOS COM O OBJETIVO	43
OBJETIVO ESTRATÉGICO 08 Intensificar a atuação preventiva e concomitante com base em análise de risco	44

OBJETIVO ESTRATÉGICO 09	
Fortalecer parcerias com outros órgãos de controle e entidades de interesse	44
OBJETIVO ESTRATÉGICO 10	
Fortalecer a fiscalização das políticas públicas e da transparência	44
Projetos estratégicos relacionados com o objetivo	44
OBJETIVO ESTRATÉGICO 11	
Aperfeiçoar os mecanismos de interação com a sociedade	44
INDICADOR ESTRATÉGICO 11.1	
Taxa de satisfação com o atendimento das demandas do cidadão	44
INDICADOR ESTRATÉGICO 11.2	
Taxa de satisfação com as ações do tcendo cidadania	46
Projetos estratégicos relacionados com o objetivo	47
OBJETIVO ESTRATÉGICO 12	
Fortalecer a imagem do TCE-PE	47
INDICADOR ESTRATÉGICO 12.1	
Mídia espontânea - custo equivalente	47
Projetos estratégicos relacionados com o objetivo	48
5 – PERSPECTIVA PESSOAS E INOVAÇÃO	49
OBJETIVO ESTRATÉGICO 13	
Promover a cultura de inovação	49
Projetos estratégicos relacionados com o objetivo	49
OBJETIVO ESTRATÉGICO 14	
Estimular o desenvolvimento profissional alinhado à estratégia	49
INDICADOR ESTRATÉGICO 14.1	
Taxa de cumprimento do roteiro anual de desenvolvimento	49
Projetos estratégicos relacionados com o objetivo	50
OBJETIVO ESTRATÉGICO 15	
Aperfeiçoar a gestão do desempenho funcional e a política de meritocracia	51
OBJETIVO ESTRATÉGICO 16	
Fortalecer a governança e a gestão por resultados	51
INDICADOR ESTRATÉGICO 16.1	
Taxa de atendimento das recomendações do controle interno	51
Projetos estratégicos relacionados com o objetivo	52
OBJETIVO ESTRATÉGICO 17	
Aprimorar a integração e a comunicação interna	52
OBJETIVO ESTRATÉGICO 18	
Fomentar a gestão do conhecimento	52
Projetos estratégicos relacionados com o objetivo	52
OBJETIVO ESTRATÉGICO 19	
Fortalecer a governança e a gestão de TI	53
Projetos estratégicos relacionados com o objetivo	53
OBJETIVO ESTRATÉGICO 20	
Prover bens e serviços adequados à estratégia	54
Projetos estratégicos relacionados com o objetivo	54

COMPOSIÇÃO DA GESTÃO

Conselheiro

DIRCEU RODOLFO DE M. JÚNIOR

Presidente

Conselheiro

RANILSON BRANDÃO RAMOS

Vice-Presidente

Conselheira

MARIA TERESA CAMINHA DUERE

Corregedora

Conselheiro

CARLOS PORTO DE BARROS

Ouvidor

Conselheiro

VALDECIR FERNANDES PASCOAL

Diretor da Escola de Contas Públicas
Professor Barreto Guimarães

Conselheiro

CARLOS DA COSTA PINTO NEVES FILHO

Presidente da 1ª Câmara

Conselheiro

MARCOS COELHO LORETO

Presidente da 2ª Câmara

GERMANA GALVÃO LAUREANO

CAVALCANTE

Procuradora-Geral - MPCO

ADRIANO CISNEIROS DA SILVA

Auditor-Geral - AUGE

AQUILES VIANA BEZERRA

Procurador-Chefe - PROJUR

ULYSSES JOSÉ BELTRÃO MAGALHÃES

Diretor-Geral – DG

**ANTONIO CABRAL DE CARVALHO
JUNIOR**

Diretor-Geral Adjunto - DGA

**KARLA FABIANE SOUTO MAIOR DOS
SANTOS**

Chefe do Gabinete da Presidência - GPRE

RICARDO MARTINS PEREIRA

Coordenador da Escola de Contas
Públicas Professor Barreto Guimarães -
ECPBG

**PRISCILA MARQUES DE ALMEIDA
BARBOSA MONTEIRO**

Coordenadora da Ouvidoria – OUVI

GUSTAVO PIMENTEL DA COSTA PEREIRA

Coordenador da Corregedoria Geral –
CORG

ADRIANA FIGUEIREDO ARANTES

Coordenadora de Controle Externo - CCE

ANA CECÍLIA CÂMARA BASTOS

Coordenadora de Administração Geral –
CAD

EDGARD TÁVORA DE SOUSA

Diretor de Gestão e Governança - DGG

KARLA MARIA DE OLIVEIRA ALMEIDA

Diretora de Comunicação - DC

**JOSÉ DEODATO SANTIAGO DE ALENCAR
BARROS**

Diretor de Plenário - DP

EDUARDO MACHADO DE MELO

Chefe do Núcleo de
Auditorias Especializadas – NAE

CONRADO LOBO MONTENEGRO NETO

Chefe do Núcleo de Engenharia – NEG

ANA LUÍSA DE GUSMÃO FURTADO

Diretora do Departamento de Controle
Estadual - DCE

EDUARDO ALCÂNTARA DE SIQUEIRA

Diretor do Departamento de Controle
Municipal - DCM

JOSÉ ANTÔNIO LEITE GONÇALVES

Diretor do Departamento de
Administração e Infraestrutura - DAI

**ANDRÉ RICARDO BATISTA DE BARROS
E SILVA**

Diretor do Departamento de
Contabilidade e Finanças - DCF

BRENO CÉSAR SPINDOLA CORREIA

Diretor do Departamento de Gestão de
Pessoas - DGP

MARIA DO SOCORRO FÉLIX

Diretora do Departamento de Informação
e Documentação - DED

Mª DE FÁTIMA TAVARES T. BARRETO

Chefe do Núcleo Técnico de Plenário -
NTP

LUCIANA DE BARROS CABRAL

Chefe do Núcleo de Apoio às Sessões -
NAS

**ANA CAROLINA CHAVES MACHADO DE
MORAIS**

Diretora de Tecnologia da Informação -
DTI



APRESENTAÇÃO

O ano de 2021 foi marcado por desafios, adequações e também muitas conquistas e avanços no campo do controle externo, no combate ao coronavírus e na prestação de serviços à sociedade por parte do Tribunal de Contas de Pernambuco.

Como era de se esperar, o cenário atual de pandemia foi um dos principais focos de ações do TCE este ano. No âmbito da fiscalização, o Tribunal fez diversas auditorias, algumas já julgadas, que tiveram como objetivo analisar compras e ações por parte dos gestores públicos durante a pandemia. Além disso, foi realizada uma fiscalização simultânea nos 184 municípios pernambucanos para avaliar os procedimentos de vacinação contra a Covid-19. A operação, denominada “Blitz na Vacinação”, envolveu 100 equipes de auditorias, sob a supervisão da Coordenadoria de Controle Externo do TCE (CCE).

O TCE também direcionou sua atuação para a orientação aos gestores, expedindo recomendações, publicando resoluções e respondendo consultas sobre procedimentos realizados durante a pandemia, além de promover diversos encontros com instituições públicas e privadas para debater o tema.

A sociedade civil também esteve ao lado do Tribunal em busca de soluções e melhorias no cenário atual, a se destacar a audiência pública sobre a cultura popular em tempos de pandemia, realizada em outubro.

Outro destaque de 2021 foi o levantamento sobre as obras inacabadas e/ou paralisadas em Pernambuco

que apontou o aumento no número de obras paradas. O TCE publicou também o índice de Transparência dos municípios pernambucanos, com o objetivo de cobrar maior transparência das ações dos gestores públicos. Além do índice, foi publicado um levantamento sobre a transparência da vacinação contra o novo coronavírus no Estado.

Outra importante atuação do órgão este ano, que se repete desde 2014, foi a divulgação do diagnóstico sobre a situação da destinação do lixo pelos municípios pernambucanos, a partir de dados fornecidos pela Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) e inspeções realizadas pelo corpo técnico do Tribunal de Contas. No levantamento, divulgado no mês de dezembro, é possível saber quais as cidades que depositam os resíduos sólidos em aterros sanitários, bem como os locais onde a destinação ainda é feita de forma irregular, com um comparativo feito nos últimos três anos.

Um estudo de grande repercussão, na mídia local e nacional, foi a análise, realizada pela CCE, em aproximadamente 800 escolas dos 184 municípios de Pernambuco que apontou problemas estruturais em 60% das unidades inspecionadas. Ainda tendo a educação como foco, o TCE elaborou o Manual do Transporte Escolar, lançado durante o evento “Transporte Escolar em Pernambuco: parcerias, desafios e avanços”, que contou com a participação de várias autoridades, entre elas, o governador do Estado Paulo Câmara, e onde foram firmados pactos com diversos setores públicos e privados.

Quanto ao cumprimento de sua principal função, que é de órgão julgador, em 2021 o TCE atuou em diversos processos de Prestação de Contas, Gestão Fiscal, Admissão de Pessoal, Recursos e Medidas Cautelares que auxiliaram no controle dos gastos públicos. Os julgamentos foram realizados em sessões da Primeira e Segunda Câmara, além do Pleno, todas com transmissão ao vivo pelo canal da TV TCE-PE no YouTube.

O início de 2021 foi marcado pela posse dos novos prefeitos e vereadores eleitos em 2020. E, como já é tradição, o TCE promoveu o V Seminário para novos gestores, que ocorreu de forma online, e teve como objetivo fornecer informações sobre administração pública, de forma que os gestores pudessem realizar uma gestão eficiente, voltada para os interesses da população.

Ainda em relação à capacitação, o TCE, em parceria com a Escola de Contas Públicas do Tribunal e a Universidade Federal de Pernambuco deu início ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas. Além disso, a Escola de Contas manteve seu caráter pedagógico, oferecendo, mensalmente, aos jurisdicionados, servidores e população em geral, cursos sobre diversas temáticas, voltados para o controle público.

Uma das marcas da nossa gestão foi a inovação, sendo um dos passos importantes o lançamento do Prisma Lab, o laboratório de inovação do TCE, por meio do qual foram realizadas diversas ações como o Innovation Morning (Manhã da Inovação), Ideathon LGBTQIA+, além de eventos internos com os servidores e debates realizados através do programa Escola Ao Vivo.

No âmbito interno, merece destaque a realização da Jornada de Governança, em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC), que teve por finalidade sensibilizar e capacitar servidores e membros do TCE-PE sobre o papel da governança no âmbito da administração pública, oferecendo elementos para a construção do seu modelo de governança e ferramentas de avaliação da maturidade deste modelo.

Em dezembro de 2021, foi concluída a 1ª revisão do Plano Estratégico 2020-2025, buscando-se incorporar as lições aprendidas no decorrer de sua execução, assim como refletir as mudanças ocorridas tanto no cenário interno da organização, quanto no cenário externo.

Com a conclusão do segundo e último ano da nossa gestão, temos o dever e a satisfação de apresentar para à sociedade o Relatório de Desempenho Anual do TCE-PE. Este relatório tem por finalidade demonstrar os resultados obtidos em 2021, especialmente os relacionados com os objetivos do Plano Estratégico 2020-2025. Para cada um desses objetivos serão apresentadas as medições dos indicadores adotados, as metas previamente definidas e os desempenhos obtidos. Além destas informações, serão mencionados os principais projetos executados pela instituição, na sua incessante busca de alavancar os resultados almejados.

Recife, 31 de dezembro de 2021

DIRCEU RODOLFO DE MELO JUNIOR
Presidente

1 – INTRODUÇÃO

No segundo semestre de 2019, o TCE-PE concluiu a elaboração de seu IV Plano Estratégico, abrangendo o período 2020-2025. Com o novo Plano, o Tribunal busca intensificar sua aproximação com a sociedade, mediante a entrega de resultados alinhados aos seus anseios e necessidades, especialmente no que diz respeito a ações voltadas ao aperfeiçoamento das políticas públicas oferecidas à população, sem deixar em segundo plano a necessária e incansável atuação na prevenção e combate à corrupção.

Na construção do Plano Estratégico foi adotada a metodologia Balanced Scorecard (BSC), que preconiza a medição do desempenho institucional por meio de indicadores diversificados, englobando diversos aspectos além do puramente financeiro. Para efeito deste Relatório, são considerados os seguintes conceitos relacionados à citada metodologia:

- **Intenção Estratégica** - é composta basicamente do Negócio, da Missão, da Visão e dos Valores da organização, representa o conjunto de princípios que norteiam a sua atuação;
- **Mapa Estratégico** - representação gráfica que identifica perspectivas e os principais objetivos estratégicos, estabelecendo entre eles relações de causa e efeito, facilitando a disseminação da estratégia para todos os níveis da Instituição;
- **Perspectivas** - componentes do Mapa Estratégico, contendo os objetivos estratégicos correlatos. No caso do TCE-PE, são definidas três perspectivas: 1) Resultados para a Sociedade, 2) Processos Internos e 3) Pessoas e Inovação;

- Objetivos Estratégicos - representam compromissos que a organização pretende assumir ao longo de um determinado espaço de tempo, à luz da análise do ambiente externo e interno, da missão, da visão e dos valores;
- Indicadores Estratégicos - instrumentos de mensuração do alcance dos objetivos estratégicos. Esta mensuração é realizada com a finalidade de verificar se a estratégia da organização está sendo bem executada e se o patamar estabelecido em sua visão será realmente alcançado no final do ciclo;
- Metas – níveis de desempenho a serem alcançados em um espaço de tempo específico e determinado. Elas são a representação quantitativa do patamar de desempenho almejado de um indicador;
- Projetos Estratégicos - esforços temporários empreendidos para criar um produto, serviço ou resultado, operacionalizam as ações necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos e ao preenchimento de lacunas de desempenho existentes entre o desempenho atual e as metas futuras.

No Plano Estratégico 2020-2025, a Intenção Estratégica foi definida nos seguintes termos:

Negócio

Melhoria da administração pública

Missão

Fiscalizar e orientar a administração pública em benefício da sociedade

Visão

Ser reconhecido pela sociedade como uma instituição efetiva no controle externo da administração pública, fortalecendo a transparência, o controle social, o bom uso de recursos públicos e o combate à corrupção.

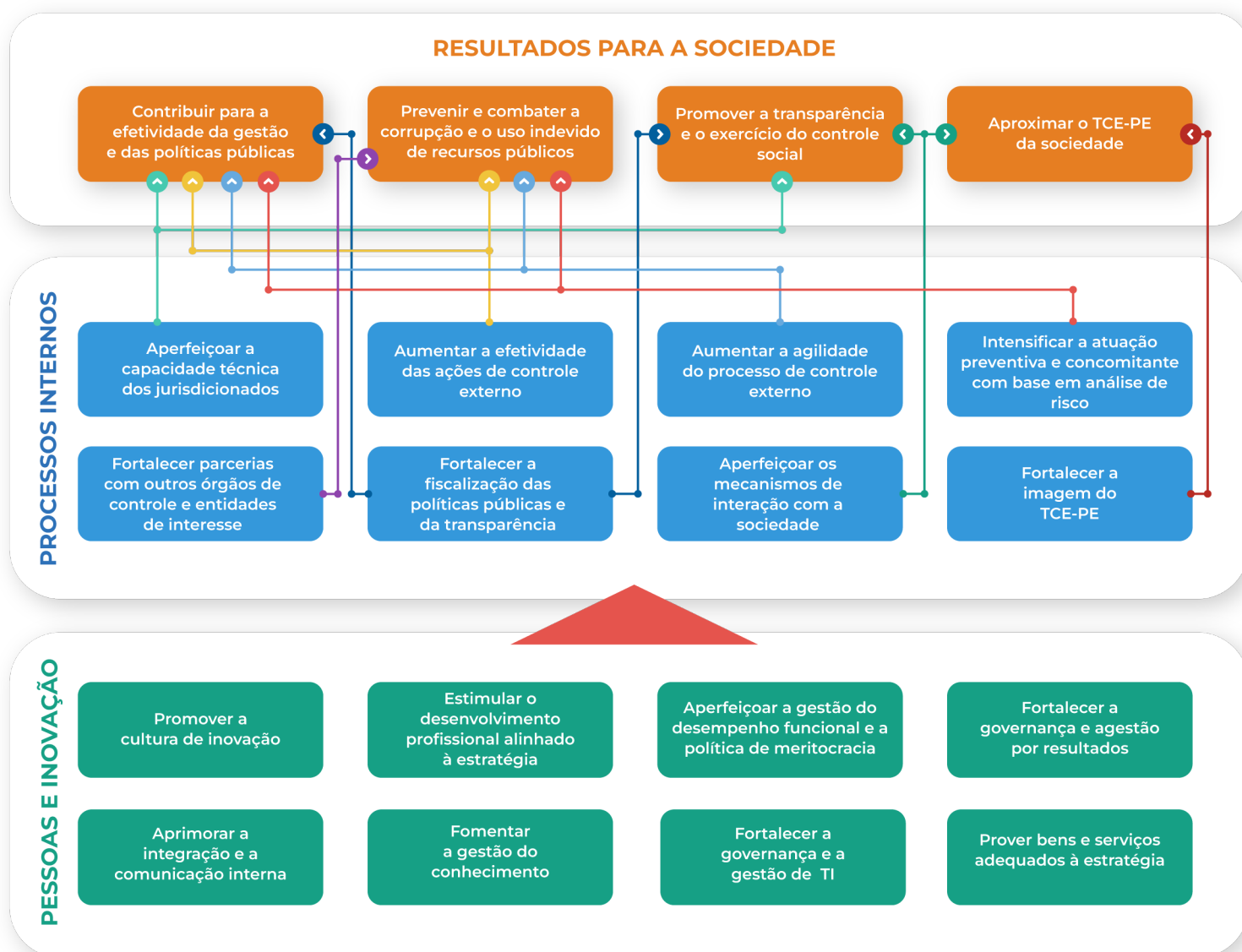
Valores

Ética, Transparência, Comprometimento, Efetividade, Coerência, Imparcialidade

Para facilitar a comunicação da estratégia da instituição, foi construído o Mapa Estratégico, composto por três perspectivas: Resultados para a Sociedade, Processos Internos e Pessoas e Inovação.

Cada perspectiva contém um conjunto de objetivos estratégicos a serem atingidos pelo Tribunal no período de seis anos.

O Mapa Estratégico 2020-2025 encontra-se explicitado na figura a seguir:



No Mapa, as setas representam as relações de causa e efeito entre os objetivos das perspectivas Resultados para a Sociedade e Processos Internos, explicitando assim como se pretende produzir os resultados a partir dos processos finalísticos. Já entre as perspectivas Processos Internos e Pessoas e Inovação, a seta única representa que o conjunto dos objetivos da pers-

pectiva base irá contribuir para o aperfeiçoamento da atuação do Tribunal.

Este Relatório foi elaborado a partir das perspectivas contidas no Mapa Estratégico do Tribunal e dos respectivos objetivos estratégicos, cujos resultados são apresentados ao longo deste documento.

2 – DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Em 2021, o desempenho institucional alcançado pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) foi de 104,20%, assim distribuído nas três perspectivas do Plano Estratégico:

- **Resultados para a Sociedade = 99,84%**
- **Processos Internos = 104,90%**
- **Pessoas e Inovação = 101,57%**

A metodologia adotada para o cálculo do desempenho encontra-se definida na Portaria Normativa TC Nº 115/2020². Conforme a metodologia, o desempenho institucional é calculado pela média ponderada do desempenho das três perspectivas do Plano Estratégico: Resultados para a Sociedade, Processos Internos e Pessoas e Inovação. Já o desempenho de cada perspectiva é calculado pela média ponderada dos desempenhos dos objetivos estratégicos a elas atrela-

dos, os quais são obtidos pela média ponderada do desempenho dos respectivos indicadores.

Nos próximos itens deste Relatório (3, 4 e 5), são detalhados os resultados obtidos em cada perspectiva do Plano Estratégico, destacando os avanços dos objetivos, dos indicadores e dos projetos executados. Saliente-se que foi adotada como premissa a ideia de que o alcance dos objetivos da perspectiva “Resultados para a Sociedade” decorre das ações realizadas nas demais perspectivas, de forma que não há a previsão da realização de projetos estratégicos relacionados a essa perspectiva.

²Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1jyr-236VqmgNbB65_3b9CAAd1shEExwM6sHuT0BuykpfA/edit#heading=h.gjdgxs

3 – PERSPECTIVA RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

1

OBJETIVO ESTRATÉGICO

CONTRIBUIR PARA A EFETIVIDADE DA GESTÃO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Não foram implantados indicadores para este objetivo em 2021.

2

OBJETIVO ESTRATÉGICO

PREVENIR E COMBATER A CORRUPÇÃO E O USO INDEVIDO DE RECURSOS PÚBLICOS

Não foram implantados indicadores para este objetivo em 2021.

INDICADOR ESTRATÉGICO

3.1 - NÚMERO DE ACESSOS AO TOME CONTA

Este indicador mede o número de acessos (sessões) ao Portal Tome Conta, uma plataforma eletrônica de transparência que permite ao cidadão saber como os municípios, órgãos e entidades do Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Ministério Público, Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas aplicam os recursos públicos. O Portal está cada vez mais funcional, facilitando o acesso do cidadão e incentivando o controle social por meio da fiscalização do cumprimento de leis como a de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Transparência (LC 131/2009), consultas e informações sobre receitas, despesas, fornecedores, obras públicas, contas julgadas e legislação das unidades jurisdicionadas, além do acesso a

informações mais detalhadas sobre processos licitatórios e contratos.

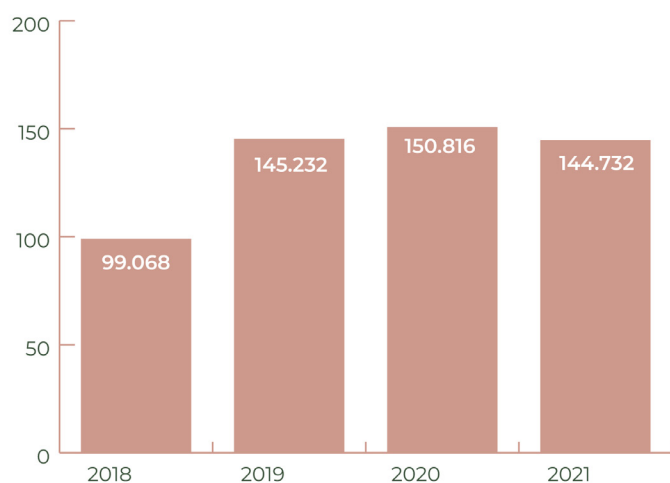
Para efeito do indicador, considera-se sessão o número de interações do usuário com o website no período mínimo de 30 minutos. Se, nesse período, não houver interação, a sessão não é contabilizada.

Em 2021, foram contabilizados 144.732 acessos, face uma meta prevista de 144.960, alcançando um desempenho de 99,84%. A média foi de 12.061 acessos mensais, registrando o maior número em março (13.709) e o menor em junho (10.796). A tabela seguinte apresenta os dados em cada mês do ano de forma acumulada:

2021				
Período	Meta Mensal (Acessos)	Medição Mensal (Acessos)	Meta Acumulada (Acessos)	Medição Acumulada (Acessos)
Jan	12.080	13.355	12.080	13.355
Fev	12.080	12.918	24.160	26.273
Mar	12.080	13.709	36.240	39.982
Abr	12.080	11.843	48.320	51.825
Mai	12.080	12.611	60.400	64.436
Jun	12.080	10.796	72.480	75.232
Jul	12.080	11.726	84.560	86.958
Ago	12.080	12.322	96.640	99.280
Set	12.080	11.361	108.720	110.641
Out	12.080	11.371	120.800	122.012
Nov	12.080	11.032	132.880	133.044
Dez	12.080	11.688	144.960	144.732

No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição do Número de Acessos ao Tome Conta



O resultado obtido em 2021 interrompeu uma trajetória ascendente desde 2018, quando o número de acessos passou a ser acompanhado, o que é compreensível quando se considera a atual conjuntura, demonstrando que o Portal vem se consolidando como uma ferramenta de promoção para a transparência e para o exercício do controle social:

- **2018 = 99.068 acessos**
- **2019 = 145.232 acessos**
- **2020 = 150.816 acessos**
- **2021 = 144.732 acessos**

4

OBJETIVO ESTRATÉGICO

APROXIMAR O TCE-PE DA SOCIEDADE

Não foram implantados indicadores para este objetivo em 2021.

4 – PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

5

OBJETIVO ESTRATÉGICO

APERFEIÇOAR A CAPACIDADE TÉCNICA DOS JURISDICIONADOS

INDICADOR ESTRATÉGICO

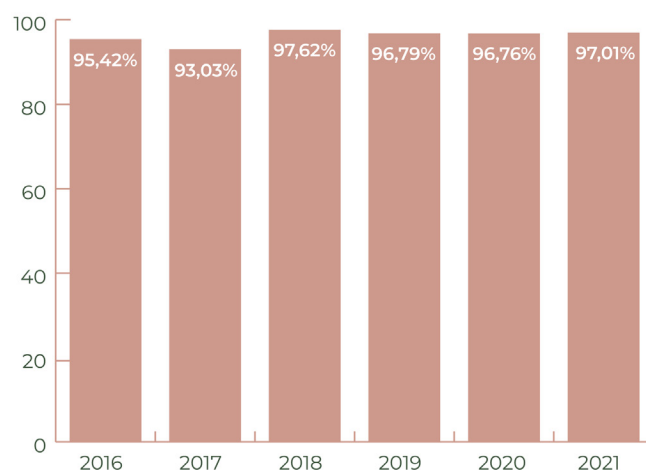
5.1 - TAXA DE SATISFAÇÃO DOS SERVIDORES DE JURISDICIONADOS COM AS CAPACITAÇÕES

Este indicador mede o grau de satisfação dos alunos dos órgãos jurisdicionados com as capacitações oferecidas pela Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães (ECPBG).

Em 2021 apurou-se uma taxa de satisfação de 97,01%, acima da meta estabelecida de 95%.

No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de satisfação dos servidores de Jurisdicionados com as capacitações



Em 2021, a Escola de Contas iniciou a implementação do Plano de Capacitação dos Jurisdicionados em parceria com a Coordenadoria de Controle Externo, ampliando a oferta de cursos gratuitos focados em temas que estão sendo objeto de estudo e análise pela área de Auditoria

do TCE-PE. O desempenho alcançado foi extraordinário, um alto padrão de satisfação na avaliação em ano de muitas inovações, de inclusão de novos professores e de novas tecnologias e de grande volume de capacitações.

» **Projetos estratégicos relacionados com o objetivo**

PROJETO	OBJETIVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
Estruturar e implantar um Programa de Capacitação para os Jurisdicionados	O produto esperado após a conclusão do projeto é a definição de um conjunto básico de trilhas de aprendizagem a serem utilizadas pelos jurisdicionados	Produção e disponibilização de um conjunto de Capacitações para os Jurisdicionados 2021 em diversos formatos de EAD, que devem ser revistas e atualizadas para todo o período do ciclo do planejamento estratégico do TCE-PE.

6 OBJETIVO ESTRATÉGICO

AUMENTAR A EFETIVIDADE DAS AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

Não foram implantados indicadores para este objetivo em 2021.

» **Projetos estratégicos relacionados com o objetivo**

PROJETO	OBJETIVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
Estruturação da Fase de Pós-Julgamento do Processo de Controle Externo (Em execução)	Estruturar a Fase de Pós-Julgamento do Processo de Controle Externo visando garantir efetividade das determinações do TCE	Módulos de Inidoneidade e de contas julgadas irregulares concluídos

INDICADOR ESTRATÉGICO

7.1.2 - TAXA DE TEMPESTIVIDADE DE PC DE GESTÃO

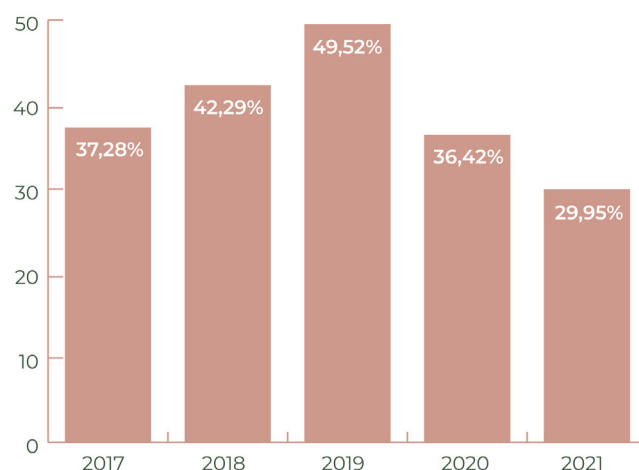
Este indicador mede a tempestividade do julgamento dos processos de Prestação de Contas de Gestão (PC Gestão), de acordo com o prazo estabelecido pelo TCE-PE (640 dias). No cálculo da tempestividade, é considerada a razão entre o número de processos julgados dentro do prazo (numerador) e o número total de processos cujo prazo venceu no exercício (denominador).

Em 2021, foram julgados 62 processos de PC Gestão dentro do prazo estipulado, face a um total de 207 processos, resultando numa taxa de tempestividade de 29,95%, abaixo da meta estabelecida (43%).

O gráfico abaixo demonstra a distribuição mensal dos processos julgados tempestivos. Observa-se que o mês com maior número de processos foi julho, com 12 processos tempestivos. Em contrapartida, nos meses de janeiro e maio nenhum processo foi julgado tempestivamente.

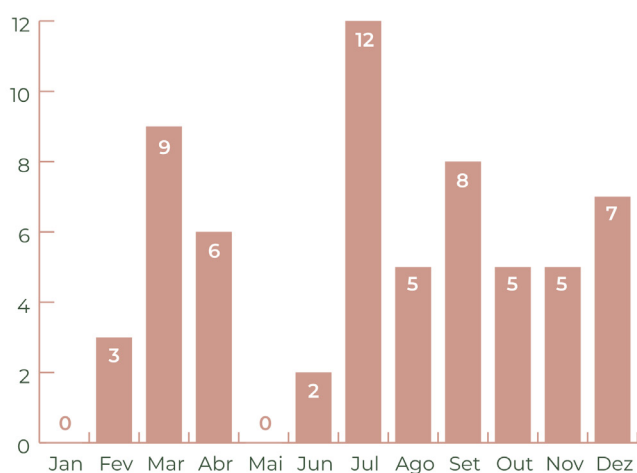
No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de tempestividade de PC Gestão



Observa-se que a taxa de tempestividade de PC Gestão vinha em uma trajetória ascendente entre os anos de 2017 e 2019, a qual foi interrompida em 2020. Em 2021, a trajetória passou a ser decrescente, com a menor taxa da série histórica. Ressalta-se que, ao comparar o quantitativo de processos julgados tempestivamente (numerador) e total de processos com vencimento no exercício (denominador) dos anos de 2020 e 2021, houve uma elevação de 37% na quantidade de processos com prazo vencendo no exercício, assim como um aumento de 12,7% nos processos julgados tempestivamente.

Gráfico- Distribuição mensal dos processos julgados tempestivos



INDICADOR ESTRATÉGICO

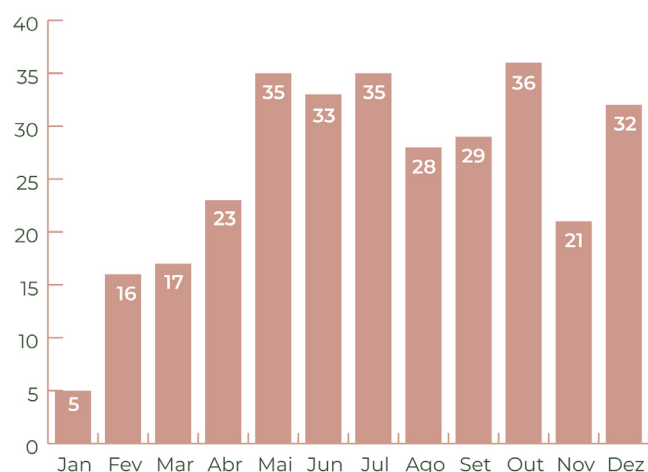
7.1.3 - TAXA DE TEMPESTIVIDADE DE RECURSO

Este indicador mede a tempestividade do julgamento dos processos de Recurso, de acordo com o prazo estabelecido pelo TCE-PE (120 dias). No cálculo da tempestividade, é considerada a razão entre o número de processos julgados dentro do prazo (numerador) e o número total de processos cujo prazo venceu no exercício (denominador).

Em 2021, foram julgados 310 processos de Recurso dentro do prazo estipulado, face a um total de 775 processos, resultando numa taxa de tempestividade de 40%, acima da meta estabelecida (29%).

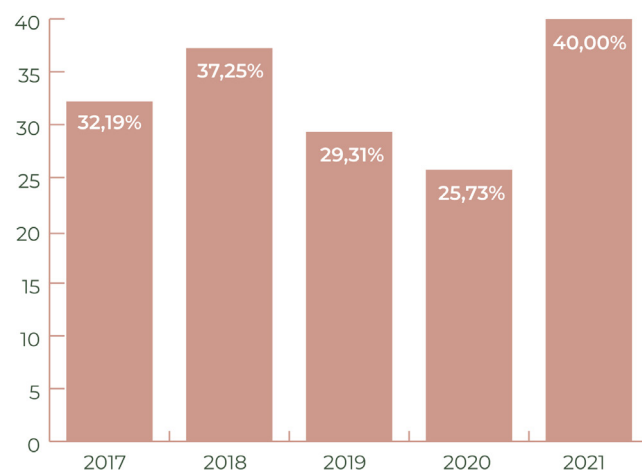
O gráfico a seguir demonstra a distribuição mensal dos processos julgados tempestivos. Observa-se que o mês com maior número de processos foi outubro, com 36 processos tempestivos. Em contrapartida, em janeiro 5 processos foram julgados tempestivamente.

Gráfico- Distribuição mensal dos processos julgados tempestivos



No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de tempestividade de Recurso



Observa-se que a tempestividade de Recurso vinha em uma trajetória descendente entre os anos de 2018 e 2020, a qual foi revertida em 2021, inclusive com o maior valor medido para a série histórica. Além disso, ao comparar o quantitativo de processos julgados tempestivamente e total de processos com vencimento no exercício dos anos de 2020 e 2021, destaca-se que, embora a quantidade de processos com prazo vencendo no exercício tenha se elevado em 33%, houve um aumento de 106% na quantidade de processos julgados tempestivamente.

INDICADOR ESTRATÉGICO

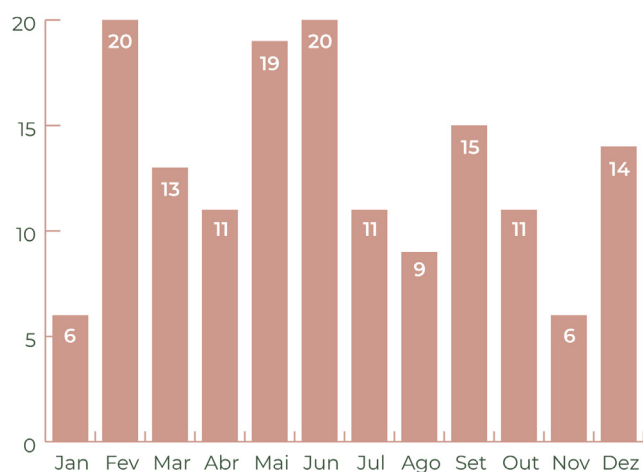
7.1.4 - TAXA DE TEMPESTIVIDADE DE MEDIDA CAUTELAR

Este indicador mede a tempestividade do julgamento dos processos de Medida Cautelar, de acordo com o prazo estabelecido pelo TCE-PE (60 dias). No cálculo da tempestividade, é considerada a razão entre o número de processos julgados dentro do prazo (numerador) e o número total de processos cujo prazo venceu no exercício (denominador).

Em 2021, foram julgados 155 processos de Medida Cautelar dentro do prazo estipulado, face a um total de 199 processos, resultando numa taxa de tempestividade de 77,89%, acima da meta estabelecida (55%).

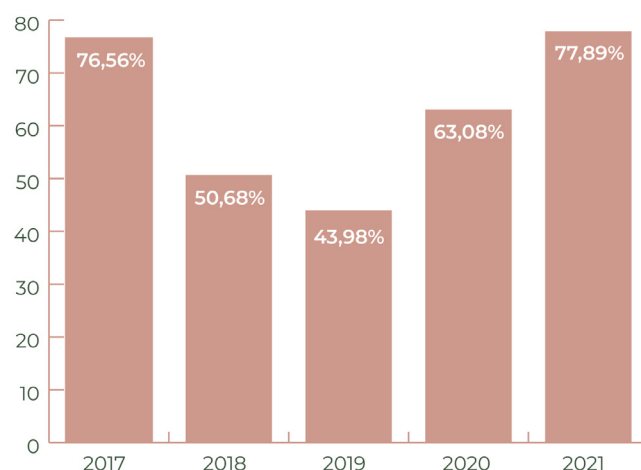
O gráfico abaixo demonstra a distribuição mensal dos processos julgados tempestivos. Observa-se que os meses com maior número de processos foram fevereiro e junho, com 20 processos tempestivos. Em contrapartida, nos meses de janeiro e novembro ocorreram a menor quantidade, com 6 processos julgados tempestivos em cada mês.

Gráfico - Distribuição mensal dos processos julgados tempestivos



No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de Tempestividade de Medida Cautelar



Observa-se que a tempestividade de Medida Cautelar vinha em uma trajetória descendente entre os anos de 2017 e 2019, a qual foi revertida em 2020 e manteve-se em uma trajetória ascendente em 2021, inclusive com a maior taxa da série histórica.

INDICADOR ESTRATÉGICO

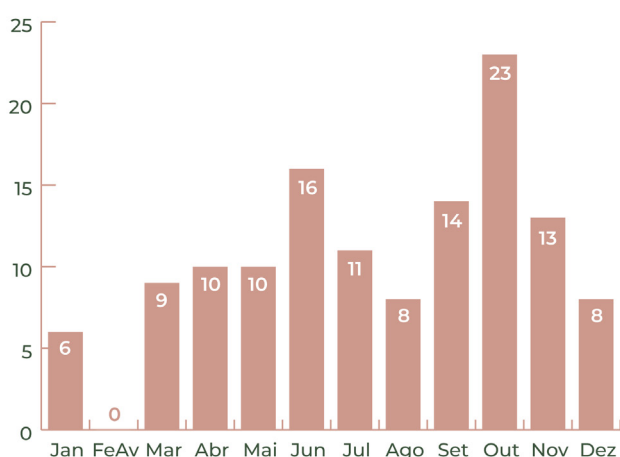
7.1.5 - TAXA DE TEMPESTIVIDADE DE AUDITORIA ESPECIAL

Este indicador mede a tempestividade do julgamento dos processos de Auditoria Especial, de acordo com o prazo estabelecido pelo TCE-PE (730 dias). No cálculo da tempestividade, é considerada a razão entre o número de processos julgados dentro do prazo (numerador) e o número total de processos cujo prazo venceu no exercício (denominador).

Em 2021, foram julgados 128 processos de Auditoria Especial dentro do prazo estipulado, face a um total de 247 processos, resultando numa taxa de tempestividade de 51,82%, acima da meta estabelecida (47%).

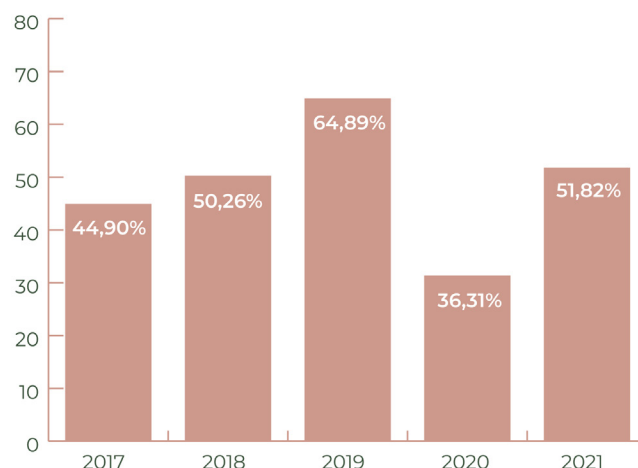
O gráfico abaixo demonstra a distribuição mensal dos processos julgados tempestivos. Observa-se que o mês de outubro apresentou o maior número de processos, com 23 processos tempestivos. Em contrapartida, em fevereiro nenhum processo foi julgado tempestivamente.

Gráfico - Distribuição mensal dos processos julgados tempestivos



No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de Tempestividade de Auditoria Especial



Observa-se que o resultado do indicador de tempestividade relativo aos processos de Auditoria Especial vinha em uma trajetória ascendente entre os anos de 2017 e 2019, a qual foi interrompida em 2020 e revertida para uma trajetória ascendente em 2021. Ademais, ao analisar o quantitativo de processos julgados tempestivamente e o total de processos com vencimento no exercício dos anos de 2020 e 2021, cabe destacar que, além da quantidade de processos com prazo vencendo no exercício ter sido elevada em 57,32%, houve um aumento de 124,5% na quantidade de processos julgados tempestivamente

INDICADOR ESTRATÉGICO

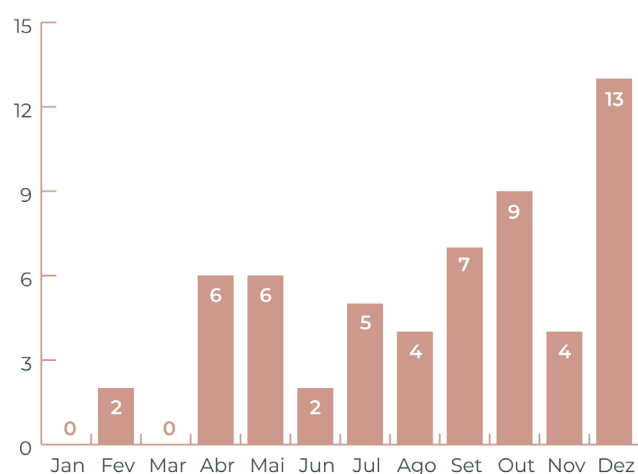
7.1.6 - TAXA DE TEMPESTIVIDADE DE ADMISSÃO DE PESSOAL

Este indicador mede a tempestividade do julgamento dos processos de Admissão de Pessoal, de acordo com o prazo estabelecido pelo TCE-PE (365 dias). No cálculo da tempestividade, é considerada a razão entre o número de processos julgados dentro do prazo (numerador) e o número total de processos cujo prazo venceu no exercício (denominador).

Em 2021, foram julgados 58 processos de Admissão de Pessoal dentro do prazo estipulado, face a um total de 338 processos, resultando numa taxa de tempestividade de 17,16%, abaixo da meta estabelecida (26%).

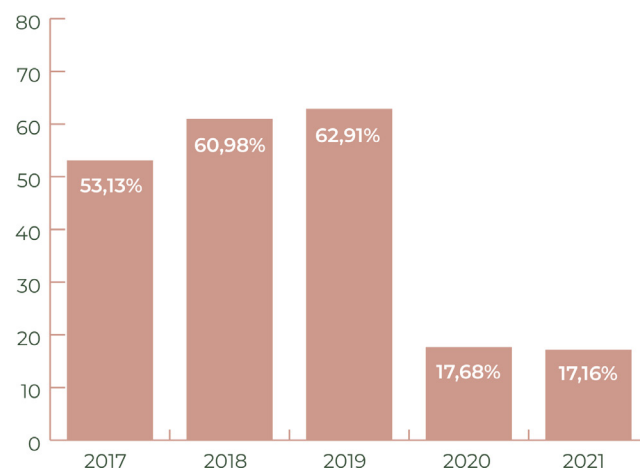
O gráfico abaixo demonstra a distribuição mensal dos processos julgados tempestivos. Observa-se que o mês com maior número de processos foi dezembro, com 13 processos tempestivos. Em contrapartida, em janeiro e março nenhum processo foi julgado tempestivamente.

Gráfico - Distribuição mensal dos processos julgados tempestivos



No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de Tempestividade de Admissão de Pessoal



Observa-se que o indicador de tempestividade dos processos de Admissão de Pessoal vinha em uma trajetória ascendente entre os anos de 2017 e 2019, a qual foi interrompida em 2020 e manteve-se no mesmo patamar em 2021. Devido a continuidade da pandemia COVID-19, no decorrer do ano de 2021, houve a suspensão dos prazos processuais dos processos físicos. Tal fato, por Admissão de Pessoal ser uma modalidade totalmente no formato físico, levou à suspensão das notificações e, por consequência, impactou a tempestividade da análise dos processos.

INDICADOR ESTRATÉGICO

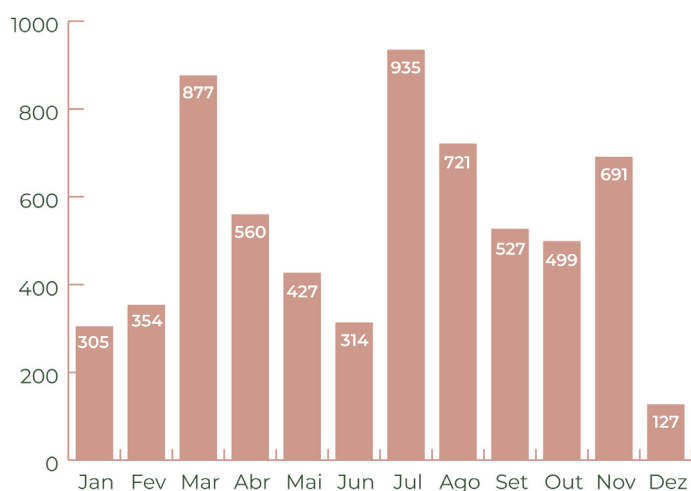
7.1.7 - TAXA DE TEMPESTIVIDADE DE APR

Este indicador mede a tempestividade do julgamento dos processos de Aposentadoria, Pensão e Reforma (APR), de acordo com o prazo estabelecido pelo TCE-PE (120 dias). No cálculo da tempestividade, é considerada a razão entre o número de processos julgados dentro do prazo (numerador) e o número total de processos cujo prazo venceu no exercício (denominador).

Em 2021, foram julgados 6.337 processos de APR dentro do prazo estipulado, face a um total de 8.571 processos, resultando numa taxa de tempestividade de 73,94%, acima da meta estabelecida (73%).

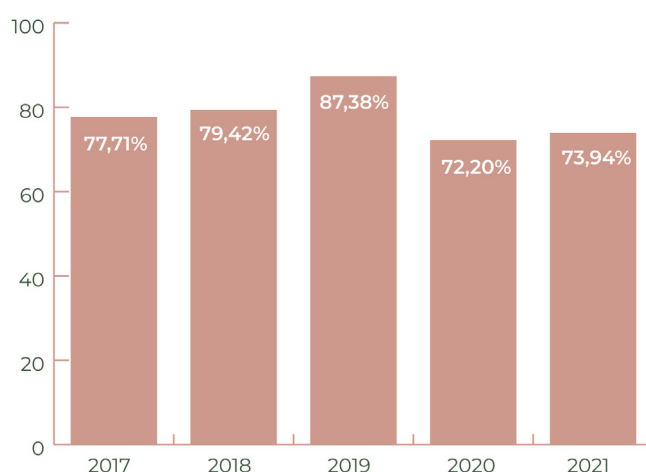
O gráfico abaixo demonstra a distribuição mensal dos processos julgados tempestivos. Observa-se que o mês com maior número de processos foi julho, com 936 processos tempestivos. Em contrapartida, em dezembro ocorreu o menor quantitativo, com 127 processos julgados tempestivos.

Gráfico - Distribuição mensal dos processos julgados tempestivos



No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de Tempestividade de APR



Observa-se que a tempestividade de APR vinha em uma trajetória ascendente entre os anos de 2017 e 2019, a qual foi interrompida em 2020 e revertida, embora em pequena escala, para uma trajetória ascendente em 2021. Além disso, ao comparar o quantitativo de processos julgados tempestivamente e total de processos com vencimento no exercício dos anos de 2020 e 2021, destaca-se que, embora a quantidade de processos com prazo vencendo no exercício tenha se elevado em 8,93%, houve um aumento de 11,55% na quantidade de processos julgados tempestivamente.

INDICADOR ESTRATÉGICO

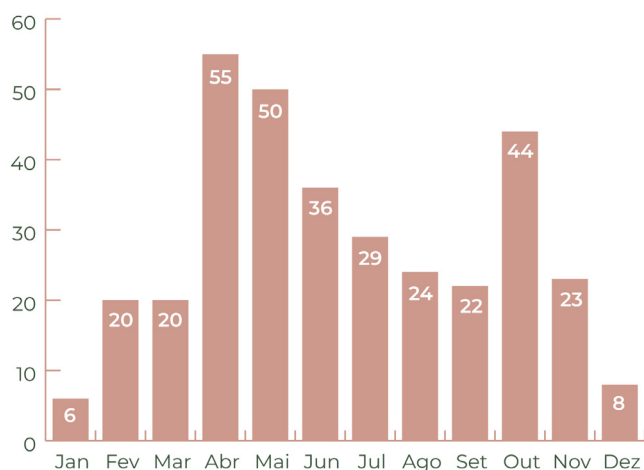
7.1.8 - TAXA DE TEMPESTIVIDADE - DEMAIS MODALIDADES

Este indicador mede a tempestividade do julgamento dos processos de Auto de Infração, Consulta, Denúncia, Pedido de Rescisão, Gestão Fiscal, Tomada de Contas Especial e Destaque, de acordo com o prazo estabelecido pelo TCE-PE para cada processo (Auto de Infração - 365 dias, Consulta - 90 dias, Denúncia - 180 dias, Pedido de Rescisão - 120 dias, Gestão Fiscal - 365 dias, Tomada de Contas Especial - 270 dias e Destaque - 365 dias). No cálculo da tempestividade, é considerada a razão entre o número de processos julgados dentro do prazo (numerador) e o número total de processos cujo prazo venceu no exercício (denominador).

Em 2021, foram julgados 337 processos das demais modalidades dentro do prazo estipulado, face a um total de 508 processos, resultando numa taxa de tempestividade de 66,34%, acima da meta estabelecida (48%).

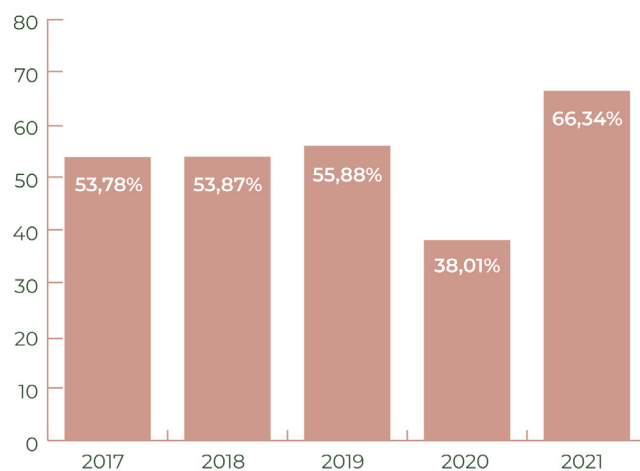
O gráfico abaixo demonstra a distribuição mensal dos processos julgados tempestivos. Observa-se que o mês com maior número de processos foi abril, com 55 processos tempestivos. Em contrapartida, em janeiro ocorreu o menor número, com 6 processos julgados tempestivamente.

Gráfico - Distribuição mensal dos processos julgados tempestivos



No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de Tempestividade das Demais Modalidades



Observa-se que a tempestividade das demais modalidades vinha em uma trajetória ascendente entre os anos de 2017 e 2019, a qual foi interrompida em 2020 e revertida para uma trajetória ascendente em 2021. O ano de 2021 apresentou a maior taxa, a maior quantidade de processos com vencimento no exercício e o maior número de processos julgados tempestivamente da série histórica.

INDICADOR ESTRATÉGICO

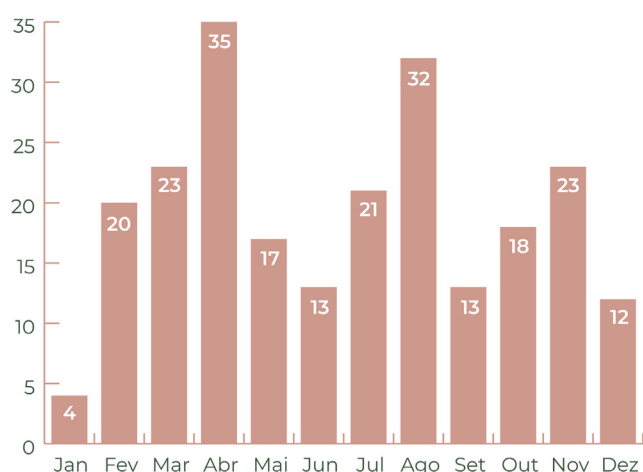
7.2.1 - TAXA DE REDUÇÃO DO ESTOQUE FORA DO PRAZO EM 01/01 DE PC DE GOVERNO

Este indicador mede a redução do estoque de Processos de Prestação de Contas de Governo (PC de Governo) que estavam fora do prazo no início do exercício (01/01). No cálculo da taxa de redução do estoque fora do prazo, é considerada a razão entre o número de processos fora do prazo em 01/01 julgados ao longo do exercício (numerador) e o total de processos fora do prazo em 01/01 (denominador).

Em 2021, foram julgados 231 processos de PC de Governo que estavam fora do prazo no início do exercício, face a um total de 380 processos, resultando numa taxa de redução de estoque fora do prazo em 01/01 de 60,79%, acima da meta estabelecida (54%).

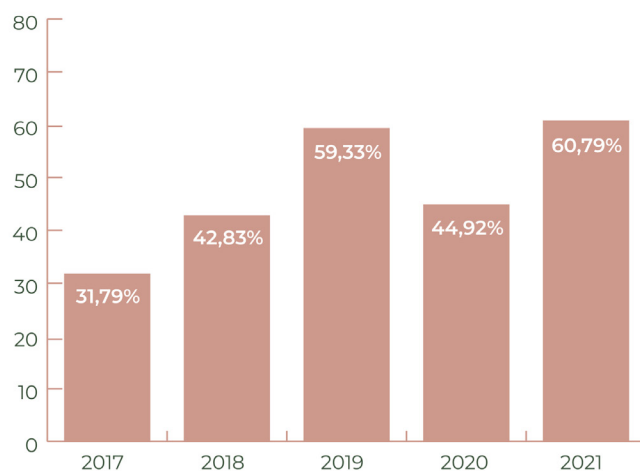
O gráfico abaixo demonstra a distribuição mensal dos processos julgados. Observa-se que o mês com maior número de processos foi abril, com 35 processos julgados. Em contrapartida, em janeiro quatro processos foram julgados.

Gráfico - Distribuição mensal dos processos julgados



No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de redução do estoque fora do prazo de PC Governo



Observa-se que a taxa de redução do estoque fora do prazo em 01/01 de PC de Governo vinha em uma trajetória ascendente entre os anos de 2017 e 2019, a qual foi interrompida em 2020. Em 2021, a trajetória foi revertida para um comportamento ascendente, inclusive apresentando a maior taxa da série histórica.

INDICADOR ESTRATÉGICO

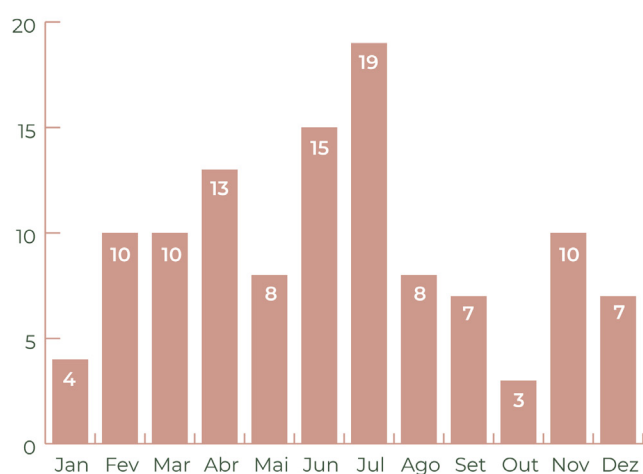
7.2.2 - TAXA DE REDUÇÃO DO ESTOQUE FORA DO PRAZO EM 01/01 DE PC DE GESTÃO

Este indicador mede a redução do estoque de Processos de Prestação de Contas de Gestão (PC de Gestão) que estavam fora do prazo no início do exercício (01/01). No cálculo da taxa de redução do estoque fora do prazo, é considerada a razão entre o número de processos fora do prazo em 01/01 julgados ao longo do exercício (numerador) e o total de processos fora do prazo em 01/01 (denominador).

Em 2021, foram julgados 114 processos de PC de Gestão que estavam fora do prazo no início do exercício, face a um total de 317 processos, resultando numa taxa de redução de estoque fora do prazo em 01/01 de 35,96%, acima da meta estabelecida (33%).

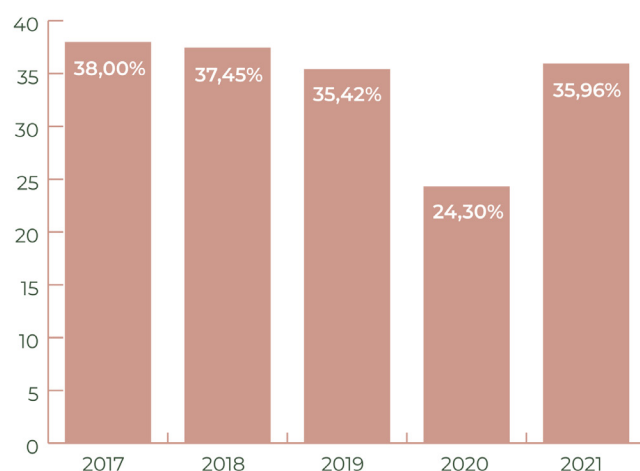
O gráfico abaixo demonstra a distribuição mensal dos processos julgados. Observa-se que o mês com maior número de processos foi julho, com 19 processos julgados. Em contrapartida, o menor valor foi em outubro, com 3 processos julgados.

Gráfico - Distribuição mensal dos processos julgados



No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de redução do estoque fora do prazo de PC Gestão



Observa-se que a taxa de redução do estoque fora do prazo em 01/01 de PC de Gestão vinha em uma trajetória descendente entre os 2017 e 2019, a qual foi mantida em 2020 e revertida em 2021. Na comparação entre os anos de 2020 e 2021, destaca-se que, mesmo com o crescimento de 11,62% no estoque total de processos fora do prazo em 2021, houve um aumento de 65,2% no quantitativo de processos julgados, o que contribuiu de sobremaneira para o resultado alcançado.

INDICADOR ESTRATÉGICO

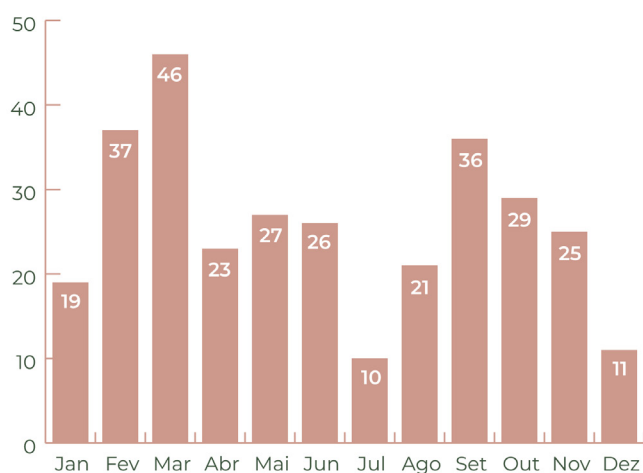
7.2.3 - TAXA DE REDUÇÃO DO ESTOQUE FORA DO PRAZO EM 01/01 DE RECURSO

Este indicador mede a redução do estoque de Processos de Recurso que estavam fora do prazo no início do exercício (01/01). No cálculo da taxa de redução do estoque fora do prazo, é considerada a razão entre o número de processos fora do prazo em 01/01 julgados ao longo do exercício (numerador) e o total de processos fora do prazo em 01/01 (denominador).

Em 2020, foram julgados 310 processos de Recurso que estavam fora do prazo no início do exercício, face a um total de 619 processos, resultando numa taxa de redução de estoque fora do prazo em 01/01 de 50,08%, acima da meta estabelecida (45%).

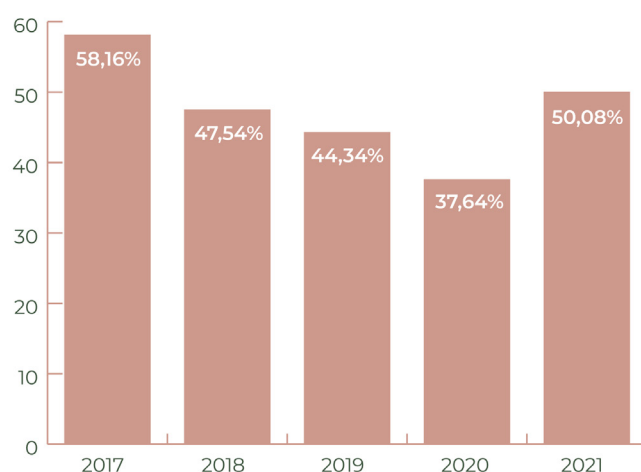
O gráfico abaixo demonstra a distribuição mensal dos processos julgados. Observa-se que o mês com maior número de processos foi março, com 46 processos julgados. Em contrapartida, o menor número foi em julho com 10 processos julgados.

Gráfico - Distribuição mensal dos processos julgados



No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de redução do estoque fora do prazo de Recurso



Observa-se que a taxa de redução do estoque fora do prazo em 01/01 de Recurso vinha em uma trajetória descendente entre os anos de 2017 e 2020, a qual foi revertida em 2021.

Em termos de evolução da taxa de redução, observa-se que, mesmo com um aumento de 12,5% do estoque de processos fora do prazo em relação ao ano de 2020, houve um aumento de 49,75% no número de processos julgados. Além disso, o ano de 2021 apresentou o maior quantitativo de estoque fora do prazo em 01/01 e de processos julgados de toda a série histórica.

INDICADOR ESTRATÉGICO

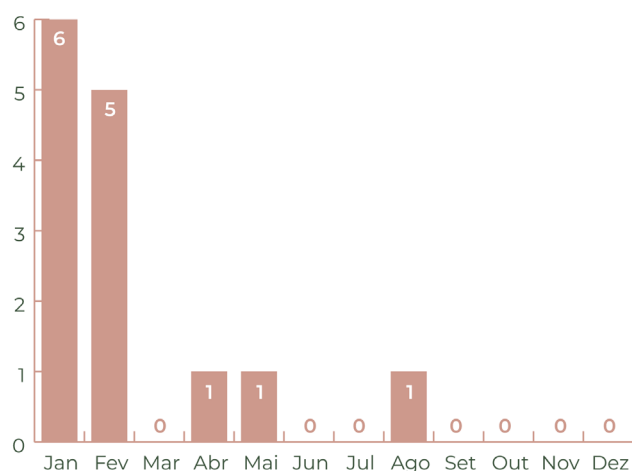
7.2.4 - TAXA DE REDUÇÃO DO ESTOQUE FORA DO PRAZO EM 01/01 DE MEDIDA CAUTELAR

Este indicador mede a redução do estoque de Processos de Medida Cautelar que estavam fora do prazo no início do exercício (01/01). No cálculo da taxa de redução do estoque fora do prazo, é considerada a razão entre o número de processos fora do prazo em 01/01 julgados ao longo do exercício (numerador) e o total de processos fora do prazo em 01/01 (denominador).

Em 2021, foram julgados 14 processos de Medida Cautelar que estavam fora do prazo no início do exercício, face a um total de 14 processos, resultando numa taxa de redução de estoque fora do prazo em 01/01 de 100,00%, igual à meta estabelecida (100%).

O gráfico abaixo demonstra a distribuição mensal dos processos julgados. Observa-se que o mês com maior número de processos foi janeiro, com 6 processos julgados. Os demais processos em estoque foram julgados em fevereiro (5 processos), abril, maio e agosto (1 processo).

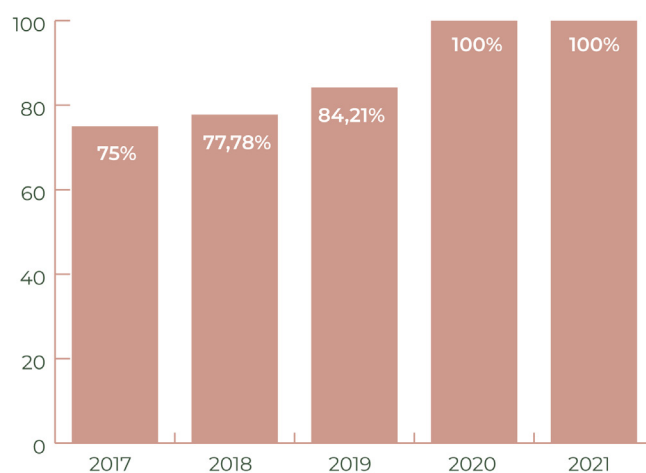
Gráfico - Distribuição mensal dos processos julgados



Devido à natureza da modalidade de medida cautelar, é esperado que ocorra um maior número de julgamentos nos primeiros meses do ano daqueles processos que estavam fora do prazo em 01/01.

No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de redução do estoque fora do prazo de Medida Cautelar



Observa-se que a taxa de redução do estoque fora do prazo em 01/01 de Medida Cautelar vinha em uma trajetória ascendente nos anos de 2017 até 2019, alcançando o valor de 100% de redução em 2020. Em 2021, esse comportamento de julgamento da totalidade do estoque fora do prazo foi mantido.

INDICADOR ESTRATÉGICO

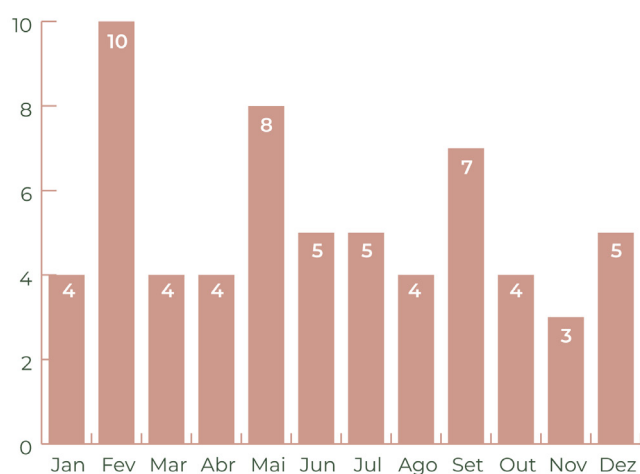
7.2.5 - TAXA DE REDUÇÃO DO ESTOQUE FORA DO PRAZO EM 01/01 DE AUDITORIA ESPECIAL

Este indicador mede a redução do estoque de Processos de Auditoria Especial que estavam fora do prazo no início do exercício (01/01). No cálculo da taxa de redução do estoque fora do prazo, é considerada a razão entre o número de processos fora do prazo em 01/01 julgados ao longo do exercício (numerador) e o total de processos fora do prazo em 01/01 (denominador).

Em 2021, foram julgados 63 processos de Auditoria Especial que estavam fora do prazo no início do exercício, face a um total de 256 processos, resultando numa taxa de redução de estoque fora do prazo em 01/01 de 24,61%, acima da meta estabelecida (22%).

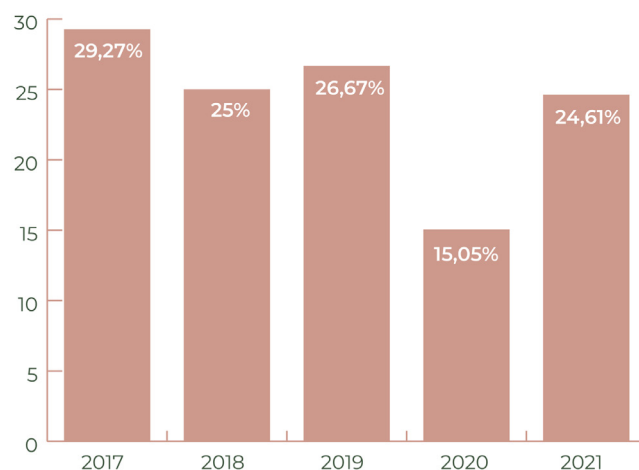
O gráfico abaixo demonstra a distribuição mensal dos processos julgados. Observa-se que no mês de fevereiro ocorreu o maior número de processos, com 10 processos julgados. Em contrapartida, em novembro 3 processos foram julgados.

Gráfico - Distribuição mensal dos processos julgados



No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de redução do estoque fora do prazo de Auditoria Especial



Observa-se que a taxa de redução do estoque fora do prazo em 01/01 de Auditoria Especial vinha em uma trajetória ascendente entre os anos de 2018 e 2019, a qual foi interrompida em 2020. Em 2021, o indicador voltou a apresentar trajetória ascendente. Mesmo com o aumento do estoque de processos fora do prazo em 24,27% quando comparado com o ano de 2020, houve um aumento de 103,22% no número de processos julgados.

INDICADOR ESTRATÉGICO

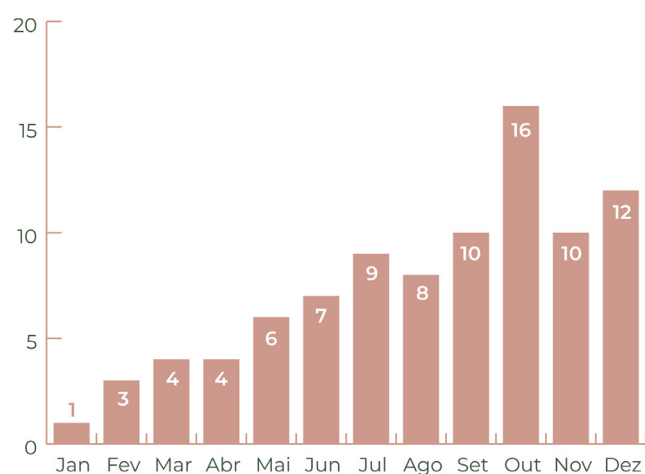
7.2.6 - TAXA DE REDUÇÃO DO ESTOQUE FORA DO PRAZO EM 01/01 DE ADMISSÃO DE PESSOAL

Este indicador mede a redução do estoque de Processos de Admissão de Pessoal que estavam fora do prazo no início do exercício (01/01). No cálculo da taxa de redução do estoque fora do prazo, é considerada a razão entre o número de processos fora do prazo em 01/01 julgados ao longo do exercício (numerador) e o total de processos fora do prazo em 01/01 (denominador).

Em 2021, foram julgados 90 processos de Admissão de Pessoal que estavam fora do prazo no início do exercício, face a um total de 154 processos, resultando numa taxa de redução de estoque fora do prazo em 01/01 de 58,44%, acima da meta estabelecida (48%).

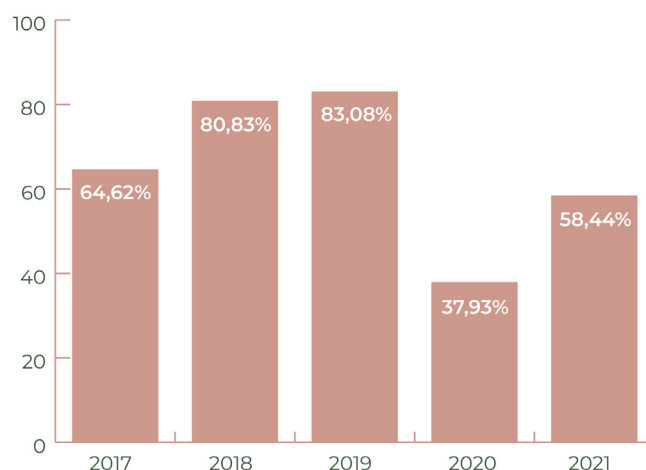
O gráfico abaixo demonstra a distribuição mensal dos processos julgados. Observa-se que o mês com maior número de processos foi outubro, com 16 processos julgados. Em contrapartida, no mês de janeiro somente 1 processo foi julgado.

Gráfico - Distribuição mensal dos processos julgados



No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de redução do estoque fora do prazo de Admissão de Pessoal



Observa-se que a taxa de redução do estoque fora do prazo em 01/01 de Admissão de Pessoal vinha em uma trajetória ascendente entre os anos de 2017 e 2019, tendo sido revertida em 2020. Em 2021, o indicador voltou a apresentar trajetória ascendente. Na comparação entre os anos de 2020 e 2021, mesmo com um aumento de 165% no estoque de processos fora do prazo, houve uma elevação de 309% no quantitativo de processos julgados.

INDICADOR ESTRATÉGICO

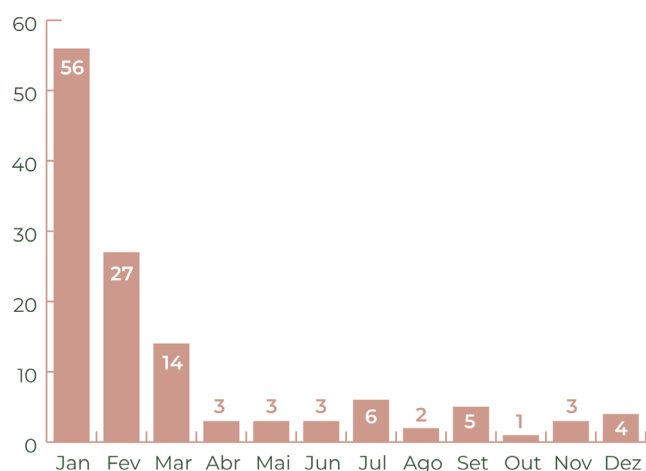
7.2.7 - TAXA DE REDUÇÃO DO ESTOQUE FORA DO PRAZO EM 01/01 DE APR

Este indicador mede a redução do estoque de Processos de Aposentadoria, Pensão e Reforma (APR) que estavam fora do prazo no início do exercício (01/01). No cálculo da taxa de redução do estoque fora do prazo, é considerada a razão entre o número de processos fora do prazo em 01/01 julgados ao longo do exercício (numerador) e o total de processos fora do prazo em 01/01 (denominador).

Em 2021, foram julgados 127 processos de APR que estavam fora do prazo no início do exercício, face a um total de 135 processos, resultando numa taxa de redução de estoque fora do prazo em 01/01 de 94,07%, acima da meta estabelecida (91%).

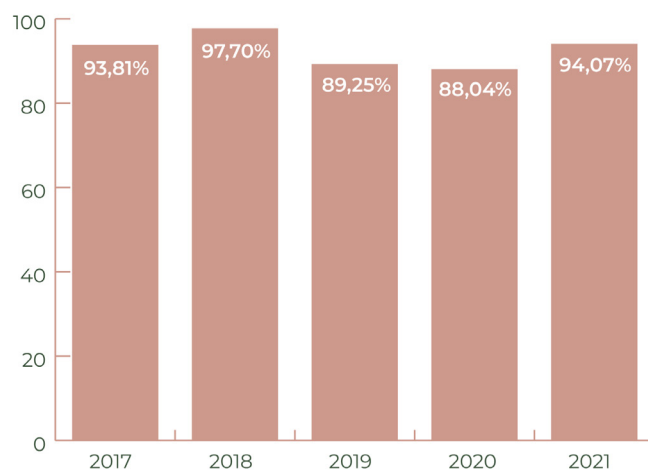
O gráfico abaixo demonstra a distribuição mensal dos processos julgados. Observa-se que o mês com maior número de processos foi janeiro, com 56 processos julgados. Em contrapartida, em outubro somente 1 processo fora do prazo foi julgado.

Gráfico - Distribuição mensal dos processos julgados



No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de redução do estoque fora do prazo de APR



Observa-se que a taxa de redução do estoque fora do prazo em 01/01 de APR vinha em uma trajetória descendente entre os anos de 2018 e 2020, a qual foi revertida em 2021.

INDICADOR ESTRATÉGICO

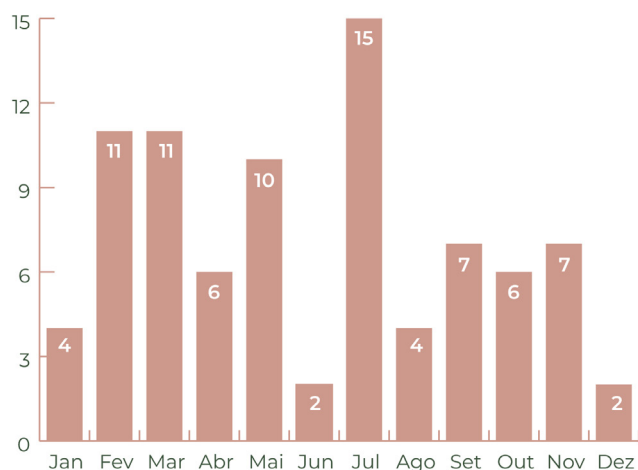
7.2.8 - TAXA DE REDUÇÃO DO ESTOQUE FORA DO PRAZO EM 01/01 - DEMAIS MODALIDADES

Este indicador mede a redução do estoque de Processos de Auto de Infração, Consulta, Denúncia, Destaque, Gestão Fiscal, Pedido de Rescisão e Tomada de Contas Especial (demais modalidades) que estavam fora do prazo no início do exercício (01/01). No cálculo da taxa de redução do estoque fora do prazo, é considerada a razão entre o número de processos fora do prazo em 01/01 julgados ao longo do exercício (numerador) e o total de processos fora do prazo em 01/01 (denominador).

Em 2021, foram julgados 85 processos das demais modalidades que estavam fora do prazo no início do exercício, face a um total de 177 processos, resultando numa taxa de redução de estoque fora do prazo em 01/01 de 48,02%, abaixo da meta estabelecida (54%).

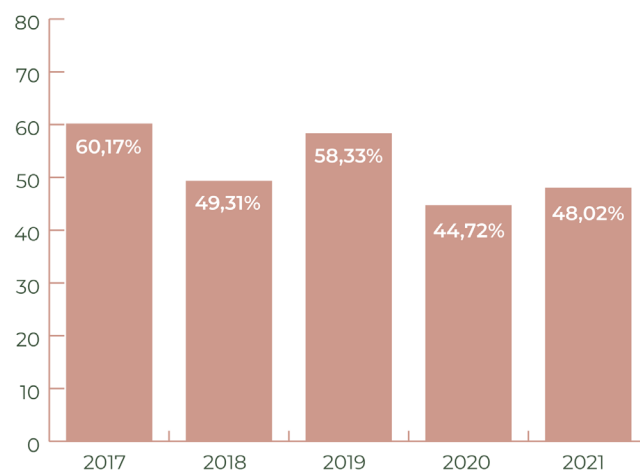
O gráfico abaixo demonstra a distribuição mensal dos processos julgados. Observa-se que o mês com maior número de processos foi julho, com 15 processos julgados. Em contrapartida, em julho e dezembro, somente 2 processos fora do prazo foram julgados.

Gráfico - Distribuição mensal dos processos julgados



No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de Redução do Estoque Fora do Prazo das Demais Modalidades



Observa-se que a taxa de redução do estoque fora do prazo em 01/01 das demais modalidades vinha em uma trajetória ascendente entre os anos de 2018 e 2019, a qual foi interrompida em 2020. Em 2021, o indicador voltou a apresentar trajetória ascendente. Na comparação entre os anos de 2020 e 2021, mesmo com um aumento de 10% no estoque de processos fora do prazo, houve uma elevação de 18% no quantitativo de processos julgados.

INDICADOR ESTRATÉGICO

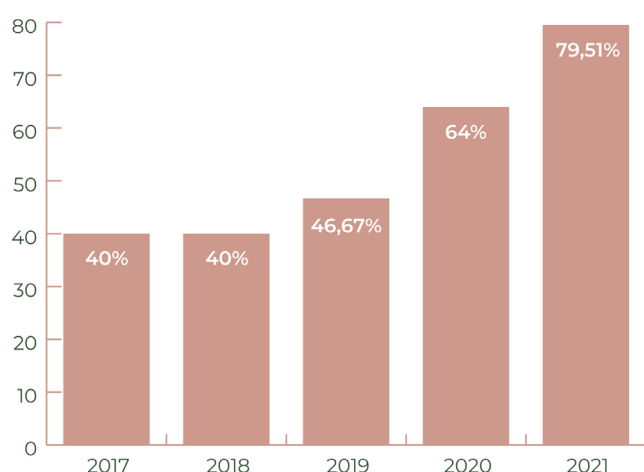
7.3 - TAXA DE MODALIDADES PROCESSUAIS IMPLANTADAS NO E-TCEPE

Este indicador mede o percentual de modalidades processuais implantadas no sistema de processo eletrônico do TCE-PE (e-TCEPE).

O objetivo para 2021 era implantar a modalidade Admissão de Pessoal, apenas nas fases de Coleta, Retificação e Formalização. Essa modalidade representa 11,6% do total do esforço estimado para implantar todas as modalidades (até 2020 já tinham sido implantadas 14 de um total de 19 modalidades). As fases previstas para o ano de 2021 representaram 60% do esforço/tamanho da modalidade. As fases foram implantadas com sucesso. O indicador atingiu o percentual de 79,51%, alcançando a meta prevista de 79%, apresentando um desempenho de 100,65%.

No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de Modalidades Processuais Implantadas no E-TCEPE



INDICADOR ESTRATÉGICO

7.4 - TAXA DE REDUÇÃO DO ESTOQUE EM 01/01 DE PROCESSOS FÍSICOS FORMALIZADOS ATÉ 2017

Este indicador mede a redução do estoque existente no início do exercício (01/01) de processos físicos formalizados até o ano 2017. No cálculo da taxa de redução, é considerada a razão entre o número de processos físicos formalizados até 2017 julgados ao longo do exercício (numerador) e o estoque total de processos físicos formalizados até 2017 em 01/01 (denominador).

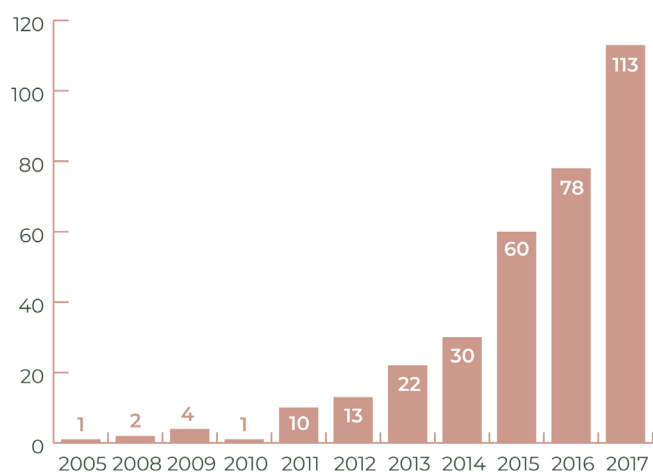
Em 2021, foram julgados 121 processos físicos formalizados até 2017, face a um total de 334 processos, resultando numa taxa de redução de estoque de 36,23%, abaixo da meta estabelecida (43%).

A tabela abaixo apresenta a distribuição dos processos físicos em estoque em 01/01 de acordo com a modalidade. Observa-se que Auditoria Especial e Recurso, com, respectivamente, 45,21% e 29,34%, foram os tipos processuais com maior representatividade. Juntos, eles representaram 74,55% de todos os processos. De forma inversa, as modalidades Gestão Fiscal, Consulta e Pedido de Rescisão apresentaram proporção abaixo de 1%, com valores de 0,30% e 0,90%.

Modalidade	Quantidade	Proporção
Tomada de Contas Especial	15	4,49%
Recurso	98	29,34%
Consulta	3	0,90%
Prestação de Contas	38	11,38%
Pedido de Rescisão	3	0,90%
Auditoria Especial	151	45,21%
Gestão Fiscal	1	0,30%
Admissão de Pessoal	10	2,99%
Denúncia	15	4,49%
TOTAL	334	100,00%

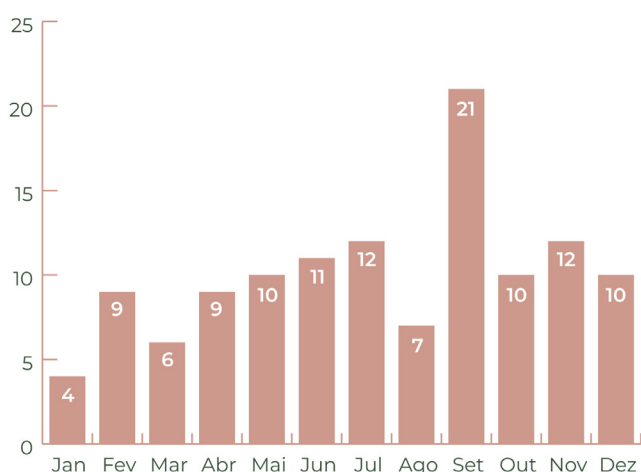
De acordo com o gráfico abaixo, é possível analisar a distribuição dos processos de acordo com o ano de formalização dos processos em estoque. A maioria dos processos refere-se aos anos de 2015 até 2017. Nesse recorte existem 251 processos, representando 75,15% de todos os processos.

Gráfico - Distribuição dos Processos por Ano de Formalização



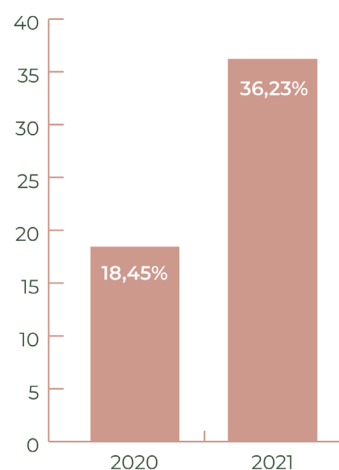
Com relação aos processos julgados, o gráfico abaixo apresenta a distribuição de acordo com os meses do ano. O mês com maior número de julgamentos foi setembro, com 21 processos julgados. Em contrapartida, em janeiro somente 4 processos foram julgados.

Gráfico - Distribuição mensal dos processos julgados



No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de redução do estoque em 01/01 de processos físicos formalizados até 2017



INDICADOR ESTRATÉGICO

7.5 - TAXA DE AUDITORIAS ESPECIAIS COVID-19 JULGADAS E PUBLICADAS

Este indicador mede o número de processos de Auditoria Especial relacionados à fiscalização das ações relativas ao enfrentamento da pandemia COVID-19 julgados e publicados.

No cálculo da taxa, é considerada a razão entre o número de Auditorias Especiais COVID-19 julgadas e publicadas (numerador) e o total de Auditorias Especiais COVID-19 instruídas até 30/04/2021 (denominador).

Em 2021, foram julgados e publicados 32 processos de auditoria especial COVID-19 de um total de 67 processos, resultando numa taxa de 47,76%, acima da meta estabelecida (46%).

Como este indicador foi implantado em 2021, não há série histórica para comparação.

INDICADOR ESTRATÉGICO

7.6 - TAXA DE REDUÇÃO DO ESTOQUE EM 01/01 DE PROCESSOS FÍSICOS FORMALIZADOS ATÉ 2017

Este indicador mede o número de processos de Auditoria Especial relacionados à fiscalização das ações relativas ao enfrentamento da pandemia COVID-19 instruídos.

No cálculo da taxa, é considerada a razão entre o número de Auditorias Especiais COVID-19 instruídas (numerador) e o total de Auditorias Especiais COVID-19 formalizadas até 31/12/2020 (denominador).

Em 2021, foram instruídos 77 processos de auditoria especial COVID-19 de um total de 83 processos, resultando numa taxa de 92,77%, acima da meta estabelecida (90%).

Como este indicador foi implantado em 2021, não há série histórica para comparação.

» Projetos estratégicos relacionados com o objetivo

PROJETO	OBJETIVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
Processo Eletrônico 2020-2021	Dar continuidade à implantação das modalidades processuais em formato eletrônico. Para o ano de 2020, vislumbra-se, principalmente, a implantação da modalidade Medida Cautelar como prioridade. As demais prioridades serão definidas ao longo do andamento do projeto.	• Novas Consultas Interna/Externa de Processos implantadas • Modalidade Auto de Infração (etapa 2) implantada • Comunicações com Unidades Jurisdicionadas implantadas • Melhorias de segurança sobre as peças processuais (etapa 2) implantadas • Fila única no SPJ implantada

8

OBJETIVO ESTRATÉGICO**INTENSIFICAR A ATUAÇÃO PREVENTIVA E CONCOMITANTE COM BASE EM ANÁLISE DE RISCO**

Não foram implantados indicadores para este objetivo em 2021.

9

OBJETIVO ESTRATÉGICO**FORTALECER PARCERIAS COM OUTROS ÓRGÃOS DE CONTROLE E ENTIDADES DE INTERESSE**

Não foram implantados indicadores para este objetivo em 2021.

10

OBJETIVO ESTRATÉGICO**FORTALECER A FISCALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA TRANSPARÊNCIA**

Não foram implantados indicadores para este objetivo em 2021.

» **Projetos estratégicos relacionados com o objetivo**

PROJETO	OBJETIVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
Auditorias Integradas em Políticas Públicas (Em execução)	Conduzir o TCE-PE a um modelo de atuação do controle externo que gere benefícios efetivos à sociedade, considerando suas demandas e expectativas por um melhor serviço público, à luz das diretrizes da INTOSAI e ATRICON	• Avaliação da meta 5 do Plano Nacional de Educação concluída • Avaliação da política de destinação de Resíduos Sólidos em Pernambuco concluída • Fiscalizações temáticas concluídas • Modelo Conceitual de Atuação do Controle Externo Orientado a Políticas Públicas documentado • Plano de Controle Externo aprovado

INDICADOR ESTRATÉGICO

11.1 - TAXA DE SATISFAÇÃO COM O ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO CIDADÃO

Este indicador mede a satisfação dos cidadãos com o atendimento da Ouvidoria, relativamente a três aspectos: atendimento, tempo de resposta e qualidade da resposta.

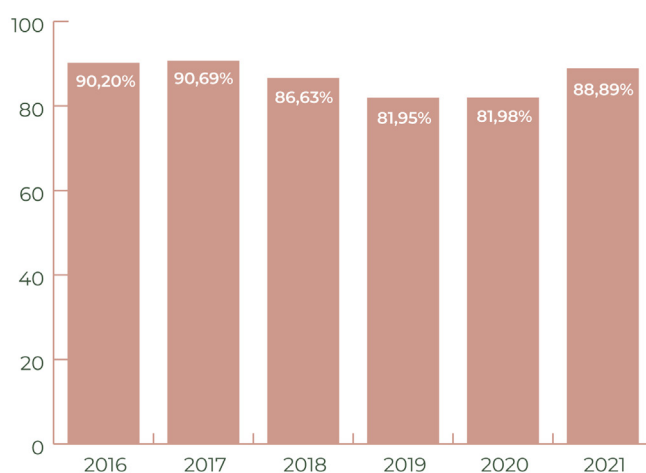
Em 2021, apurou-se uma taxa de satisfação de 88,89%, acima da meta estabelecida de 85%.

A tabela a seguir apresenta as medições do indicador ao longo do exercício:

2021			
Período	Unidade	Meta	Medição Acumulada
Jan	%	85	100
Fev	%	85	91,89
Mar	%	85	90,64
Abr	%	85	92,24
Mai	%	85	92,22
Jun	%	85	92,45
Jul	%	85	92,62
Ago	%	85	92,48
Set	%	85	92,25
Out	%	85	90,72
Nov	%	85	89,55
Dez	%	85	88,89

No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de Satisfação com o Atendimento das Demandas do Cidadão



O desempenho da satisfação com o atendimento das demandas ultrapassou a meta prevista, refletindo o bom atendimento às demandas em 2021.

Em 2021, o fluxo de demandas aumentou quase 63% em relação a 2019 e 45,85% em relação a 2020. Apesar do fluxo de demandas maior e de depender do retorno de diversos setores em tempo hábil, a taxa de satisfação de 2021 foi a maior dos últimos quatro anos.

Algumas ações colocadas em prática podem manter ou melhorar o atual nível de satisfação com o atendimento das demandas, são elas: constante acompanhamento nos sistemas Sisouv e PETCE para melhorar funcionalidades de acompanhamento das demandas e sugestões de mudanças para melhor efetividade no retorno e inserir norma nos setores que possibilitem o melhor rastreamento das respostas à Ouvidoria.

INDICADOR ESTRATÉGICO

11.2 - TAXA DE SATISFAÇÃO COM AS AÇÕES DO TCENDO CIDADANIA

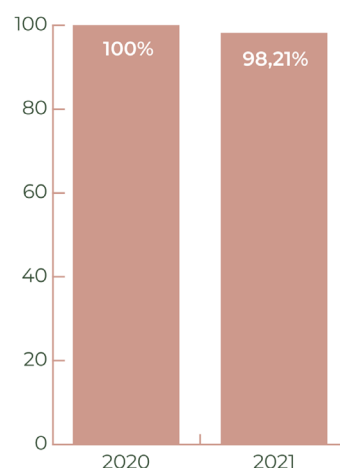
Este indicador mede a satisfação dos cidadãos participantes das ações do programa TCEndo Cidadania.

O TCEndo Cidadania é um programa idealizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) e executado pela Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães (ECPBG). Busca desenvolver a consciência crítica do cidadão, estimulando sua participação na definição do uso dos recursos públicos e na fiscalização de sua correta aplicação, aproximando o TCE-PE da população através da realização de fóruns e outras atividades.

Em 2021, apurou-se uma taxa de satisfação de 98,21%, acima da meta estabelecida de 95%.

No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de satisfação com as ações do TCEndo Cidadania



O valor medido para o indicador reflete o ótimo trabalho realizado pela equipe do programa TCEndo Cidadania de 2021. Vale ressaltar que o programa TCEndo Cidadania atuou em 2021 em sintonia com o Controle Externo. Foi desenvolvido, junto com a CCE, um trabalho de apoio e capacitação dos conselhos municipais de edu-

cação que culminou com alguns encontros virtuais com participação de auditores e de conselheiros municipais para troca de experiências, levantamento de informações e estímulo ao exercício do controle social sobre questões e encaminhamentos definidos em trabalhos de auditoria.

» Projetos estratégicos relacionados com o objetivo

PROJETO	OBJETIVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
Tome Conta - Nova versão	Melhorar a performance da ferramenta Tome Conta com base na experiência dos usuários, sob várias dimensões, visando otimizar a interação com a sociedade	Fase 2 - Implementação / Design / Programação (execução do Subdomínio) concluída.

FORTALECER A IMAGEM DO TCE-PE

Não foram implantados indicadores para este objetivo em 2021.

INDICADOR ESTRATÉGICO

12.1 - MÍDIA ESPONTÂNEA - CUSTO EQUIVALENTE

O indicador mede os valores que seriam gastos pelo Tribunal de Contas em jornais impressos e em TV 's, para a divulgação da sua imagem institucional, caso a mídia não fosse espontânea.

Em 2021, o custo equivalente foi de **R\$4.312.402,17**, considerando-se os três jor-

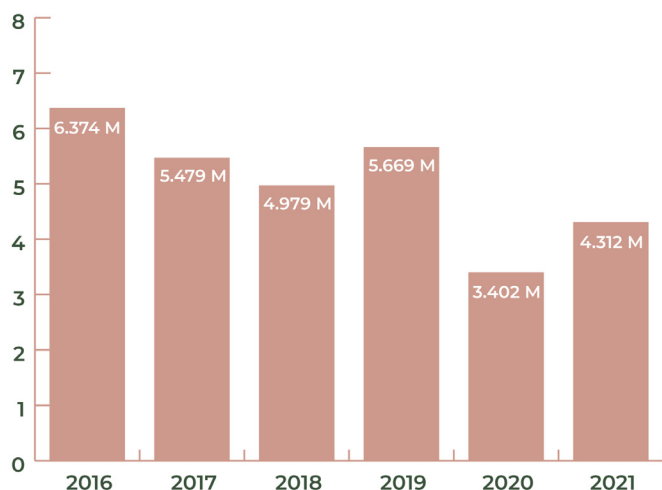
nais impressos de maior circulação no Estado (**R\$2.382.975,00**) e em matérias veiculadas unicamente pela **TV Globo (R\$1.929.427,17)**.

A tabela a seguir apresenta os dados em cada trimestre do ano de forma acumulada:

2021				
Período	Meta Trimestral (R\$)	Meta Trimestral (R\$)	Meta Acumulada (R\$)	Meta Acumulada (R\$)
Trimestre 01	1.125.000,00	709.680,47	1.125.000,00	709.680,47
Trimestre 02	1.125.000,00	1.194.578,30	2.250.000,00	1.904.258,77
Trimestre 03	1.125.000,00	1.454.199,03	3.735.000,00	3.358.457,80
Trimestre 04	1.125.000,00	953.944,37	4.500.000,00	4.312.402,17

O gráfico abaixo apresenta a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição do Custo Equivalente da Mídia Espontânea (Em milhões de Reais)



O indicador atingiu, em 2021, 94% da meta estabelecida, o que pode ser considerado satisfatório no atual cenário, quando se observa que em relação a 2020 houve um crescimento de 27% em mídia espontânea, tendo contribuído para isso a forte atuação do TCE diante dos impactos causados pelo novo coronavírus no Estado e municípios. Abaixo, a comparação com o resultado dos 3 anos anteriores:

- 2018 = R\$ 4.979.422,81
- 2019 = R\$ 5.669.118,63
- 2020 = R\$ 3.402.850,14
- 2021 = R\$ 4.312.402,17

» **Projetos estratégicos relacionados com o objetivo**

PROJETO	OBJETIVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
Elaboração e Monitoramento do Plano Estratégico de Marketing Institucional	Elaborar um plano que coordene os esforços de comunicação do TCE, especialmente os voltados ao relacionamento com a Sociedade e parceiros, em seus vários níveis e variadas formas, de modo a fortalecer a sua imagem institucional	• Nova metodologia para elaboração e monitoramento do Plano Estratégico de Marketing Institucional definida. • Análise ambiental (pesquisa institucional 2019 e outros insumos) realizada.

5 – PERSPECTIVA PESSOAS E INOVAÇÃO

13

OBJETIVO ESTRATÉGICO

PROMOVER A CULTURA DE INOVAÇÃO

INDICADOR ESTRATÉGICO

13.1 - TAXA DE PERCEPÇÃO COM A INOVAÇÃO

Indicador aferido através da Pesquisa Institucional de 2021, que contou com a colaboração de 406 servidores, dentre eles membros, servidores efetivos e à disposição, terceirizados e estagiários.

Este indicador mede a percepção dos servidores

com relação ao seu próprio interesse em participar de iniciativas de inovação (77,83%); quanto à chefia imediata incentivar novas práticas no respectivo setor (90,15%) e com relação à satisfação do servidor com as ações do TCE em promover práticas inovadoras (81,77%).

» Projetos estratégicos relacionados com o objetivo

PROJETO	OBJETIVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
Inova TCEPE (FASE 1)	Fomentar a cultura de inovação no TCE-PE através de criação de soluções inovadoras para desafios complexos, de ações de desenvolvimento, de convênios com a academia e iniciativa privada, de reconhecimento e disseminação dos casos de inovação no âmbito do Tribunal	• Novo Modelo de Gestão de Desempenho estruturado • Innovation Day 2021 realizado • Oficinas de Inovação realizadas • Plano de Comunicação em Inovação realizado • Política de continuidade e transição realizada

**ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL
ALINHADO À ESTRATÉGIA**

Não foram implantados indicadores para este objetivo em 2021.

INDICADOR ESTRATÉGICO

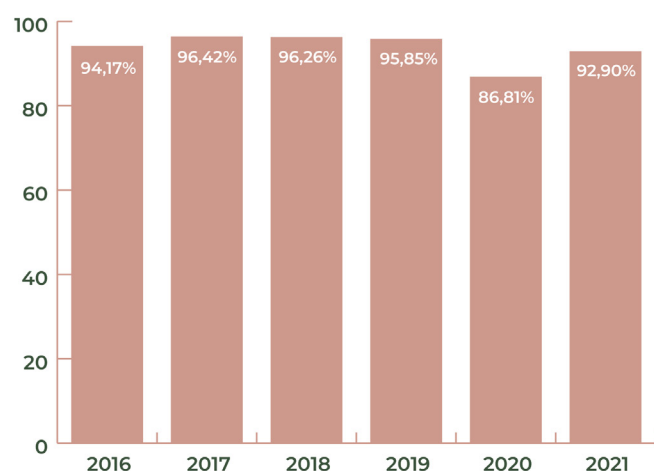
**14.1 - TAXA DE CUMPRIMENTO DO ROTEIRO
ANUAL DE DESENVOLVIMENTO**

Este indicador mede o percentual de servidores que cumpriram a carga horária mínima exigida de ações de desenvolvimento (capacitações).

Em 2021, apurou-se que 92,90% dos servidores cumpriram a carga horária mínima, abaixo da meta estabelecida de 95%.

No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de Cumprimento
do Roteiro Anual de Desenvolvimento



A despeito da pandemia, mesmo com o ritmo do ano anterior que flexibilizou a medição deste indicador, os servidores buscaram incrementar seu desenvolvimento. A apropriação das alterações das políticas de pessoal e a entrega do sistema Desenvolver, especialmente no tocante ao ajuste da flexibilização da carga horária dentro da faixa de atendimento dos servidores, podem ser apontados como itens que trouxeram impacto na busca do atingimento da meta.

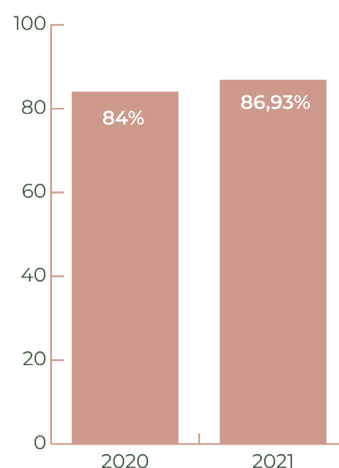
14.2 - TAXA DE SATISFAÇÃO COM AS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Aferido através da Pesquisa Institucional, o percentual mede o grau de satisfação dos servidores do TCE-PE no próprio interesse em buscar ações de desenvolvimento; se considera que a chefia imediata estimula a participação em ações de desenvolvimento e a satisfação com as opções de aprendizagem disponibilizadas pelo Tribunal.

Em 2021, apurou-se que 86,93% dos servidores estão satisfeitos com as ações de desenvolvimento, ficando acima da meta prevista de 84,00%, alcançando um desempenho de 103,49%.

No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de satisfação com as ações de desenvolvimento



O desempenho acima da meta se deu em maior parte pela atuação da chefia imediata em estimular a participação dos servidores em ações de desenvolvimento. A alteração proposta na política de desenvolvimento que trouxe a

flexibilização das ações com a inclusão de novas opções de desenvolvimento pode ter trazido um incremento na taxa, fazendo com que o desempenho do indicador fosse melhor que o planejado.

» Projetos estratégicos relacionados com o objetivo

PROJETO	OBJETIVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
PED - Plano Estratégico de Desenvolvimento Profissional (Fase 2)	Elaborar e implantar o plano estratégico de desenvolvimento profissional e gerencial para servidores e membros do TCE-PE	- Elaboração de trilhas de aprendizagem, com representação de vários segmentos do Tribunal de Contas - Alteração no quantitativo de carga horária para cumprimento do Roteiro Anual de Desenvolvimento - Adequação das ações de desenvolvimento à realidade imposta pela pandemia e consequente isolamento social. - Adequação do sistema desenvolver para atender às alterações realizadas

**APERFEIÇOAR A GESTÃO DO DESEMPENHO FUNCIONAL
E A POLÍTICA DE MERITOCRACIA**

INDICADOR ESTRATÉGICO

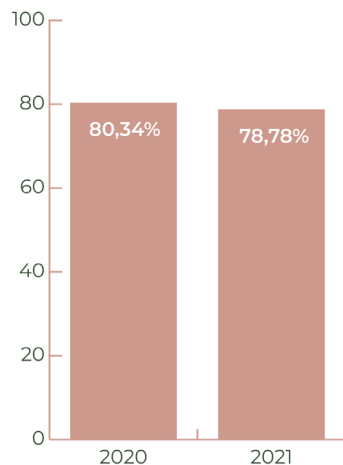
**15.1 - TAXA DE SATISFAÇÃO COM A
POLÍTICA DE MERITOCRACIA**

Aferido através da Pesquisa Institucional, este indicador mede o percentual de satisfação dos servidores com relação à política de meritocracia no TCE.

Em 2021, apurou-se que 78,78% dos servidores estão satisfeitos com a política de Meritocracia, ficando aquém da meta de 80,00%, alcançando um desempenho de 98,48%.

No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de satisfação com a política de meritocracia



O que mais contribuiu para o baixo desempenho em 2021 foi a percepção do servidor que as ações de meritocracia implantadas pelo TCE (Programa Merecer e Progressão por Merecimento) refletem as diferenças entre os desempenhos. A alteração da política de meritocracia trouxe redução no total de premiados e causou impacto negativo na taxa.

Considerando a oscilação deste indicador no período 2020-2021, é importante que o Tribunal promova ações para manter o nível de satisfação que ocorreu até 2019. Neste sentido, devido aos resultados da pesquisa nesses dois anos de Pandemia (2020-2021), se fazem necessárias algumas providências para melhoria das ações do Tribunal relativas à política de meritocracia e gestão de pessoas.

15.2 - TAXA DE SATISFAÇÃO DOS SERVIDORES

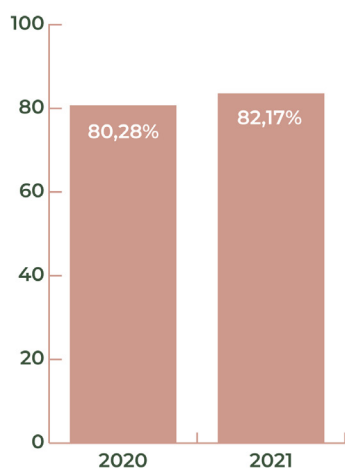
Aferido através da Pesquisa Institucional, este indicador mede a satisfação dos servidores com relação às ações desenvolvidas pelo Tribunal, tais como: qualidade de vida, planejamento, capacitação, comunicação, condições de ambiente de trabalho, atuação gerencial, etc.

Em 2021, apurou-se que 82,17% dos servidores estão satisfeitos, ficando acima da meta de 80,00%, alcançando um desempenho de 102,71%.

No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

A despeito da pandemia, a adaptabilidade do Tribunal em termos de infraestrutura e serviços, juntamente com o trabalho dos gerentes em trazer o melhor das suas equipes para atingimento das metas elevou a taxa de satisfação dos servidores. Como pontos de reflexão temos a nova política de meritocracia alterada recentemente, que produziu efeitos imediatos, e o afastamento físico, que prejudicou sobremaneira a percepção de integração. Tais pontos trouxeram impacto negativo na taxa. Ainda assim, o desempenho do indicador foi melhor que o planejado.

Gráfico - Medição da Taxa de satisfação dos servidores



INDICADOR ESTRATÉGICO

16.1 - TAXA DE ATENDIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO CONTROLE INTERNO

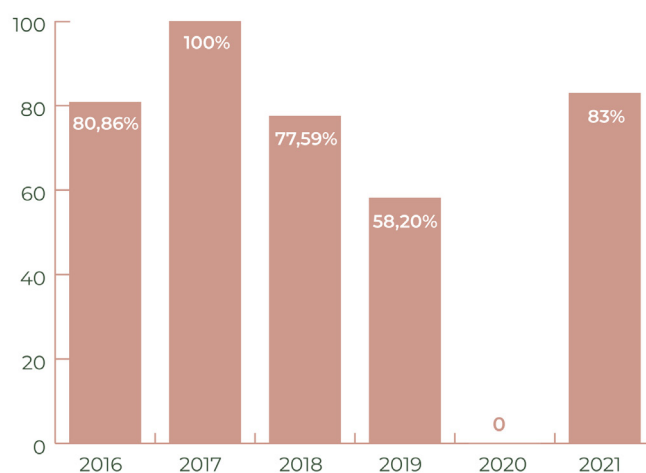
Este indicador mede o cumprimento, pelos segmentos organizacionais do TCE-PE, das recomendações resultantes de auditorias internas.

Para medição, considera-se o não-atendimento das recomendações, aquelas que foram canceladas, ou que não foram concluídas até o final do ano.

Em 2021, foram monitoradas 12 recomendações, dessas, 10 foram concluídas e 2 iniciadas resultando numa taxa de 83%, ficando aquém da meta estabelecida (90%).

No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de Atendimento das Recomendações do Controle Interno



INDICADOR ESTRATÉGICO

16.2 - TAXA DE SATISFAÇÃO COM GOVERNANÇA E GESTÃO POR RESULTADOS

Aferido através da Pesquisa Institucional, este indicador mede o percentual de satisfação dos servidores com a Governança e a Gestão por Resultados.

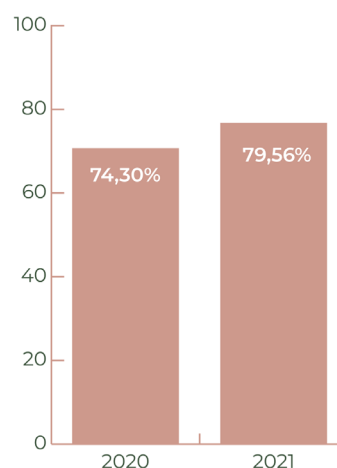
No cálculo do indicador, considera-se o Total das respostas com “Satisfeito” e “Muito Satisfeito” (numerador) e o total de todas as respostas (denominador).

Em 2021, o resultado desta taxa foi de 79,56%, ficando acima da meta estabelecida (74%).

Esse indicador começou a ser medido em 2020.

No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de satisfação com Governança e Gestão por Resultados



» Projetos estratégicos relacionados com o objetivo

PROJETO	OBJETIVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
Execução do Plano Estratégico de Governança e Gestão por Resultados (Em execução)	Revisar e executar o Plano Estratégico de Governança e Gestão por Resultados.	• Proposta de Modelo de Governança elaborada • Maturidade do Modelo de Governança avaliada • Proposta de Carteira de Projetos elaborada

INDICADOR ESTRATÉGICO

17.1 - TAXA DE PERCEPÇÃO DA INTEGRAÇÃO

Aferido através da Pesquisa Institucional, esse indicador mede o percentual de satisfação dos servidores em relação à integração entre os setores do Tribunal.

Em 2021, apurou-se que 60,84% dos servidores estão satisfeitos com a integração dos setores, ficando acima da meta de 59,00%, alcançando um desempenho de 103,12%.

O afastamento físico provocado pela pande-

mia da COVID-19 prejudicou sobremaneira a percepção de integração, o que trouxe impacto negativo na taxa, mesmo a despeito de ações de integração como a realizada pela Coordenadoria de Administração (CAD) em setembro. Contudo, convém analisar iniciativas que possam trazer impacto sobre a taxa dentro do programa de qualidade de vida.

Não há série histórica, visto que este indicador começou a ser medido em 2021.

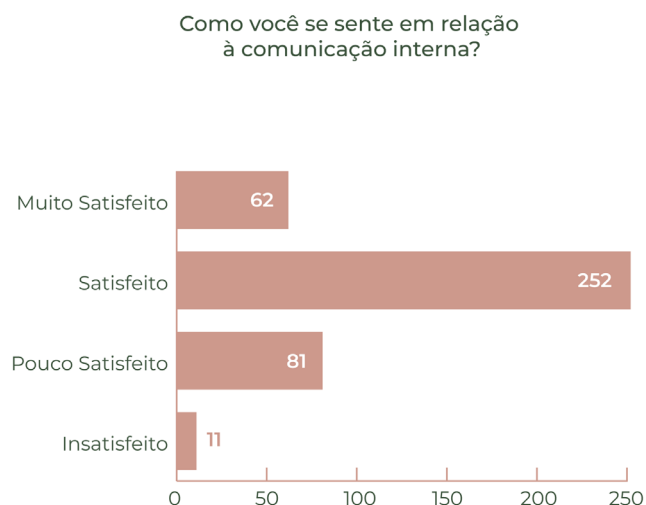
INDICADOR ESTRATÉGICO

17.2 - TAXA DE SATISFAÇÃO COM A COMUNICAÇÃO INTERNA

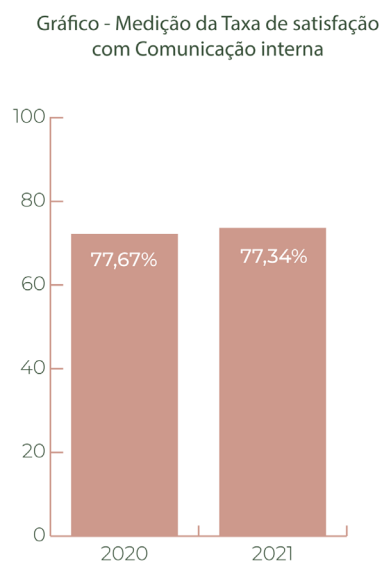
Este indicador de medição anual obteve, em 2021, o valor de 77,34%, de uma meta prevista de 78%, alcançando um desempenho de 99,15%.

A medição é feita com base na Pesquisa Institucional realizada anualmente pelo TCE. A taxa de satisfação foi medida utilizando-se a pergunta “Como você se sente em relação à comunicação interna?”, com base nos critérios Insatisfeito, Pouco satisfeito, Satisfeito e Muito satisfeito. Para efeito do indicador, são consideradas apenas as respostas positivas (Muito satisfeito e Satisfeito).

Foram 406 respostas obtidas, cujos resultados podem ser visualizados no gráfico abaixo:



No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:



O indicador teve, em 2021, sua primeira meta estabelecida e sua segunda medição realizada. Foram 406 respostas obtidas, com uma taxa de satisfação de (77,34%), bastante similar a de 2020 (77,67%). Mesmo sem atingir a meta, a manutenção do padrão de satisfação é um indicativo de que a comunicação interna manteve sua qualidade, em detrimento de um ano marcado por muitas dificuldades e desafios, por conta da pandemia do Coronavírus.

INDICADOR ESTRATÉGICO

18.1 - TAXA DE SATISFAÇÃO COM A GESTÃO DO CONHECIMENTO

Aferido através da Pesquisa Institucional, este indicador mede o percentual de satisfação dos servidores com a Gestão do Conhecimento. No cálculo do indicador consideram-se três assertivas:

- Total de respostas positivas (SIM), com relação ao interesse do servidor em utilizar o Portal do Conhecimento, estruturar o conhecimento sobre processos de trabalho, participar de pesquisas e/ou estudos aplicados às áreas de atuação do TCE e compartilhar experiências e boas práticas;
- Total de respostas “concordo totalmente”, caso considere que a chefia imediata incentiva a organização, sistematização e compartilhamento do conhecimento;
- Total de respostas “concordo totalmente”, quando o servidor está satisfeito(a) com as condições e ferramentas que o TCE oferece para organização e compartilhamento do conhecimento.

Em 2021, o resultado desta taxa foi de 84,87%, ficando acima da meta estabelecida (83%).

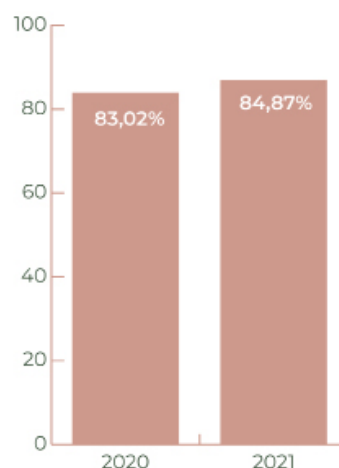
De acordo com as respostas registradas pelos participantes, “Compartilhar experiências e boas práticas” e “utilizar o Portal do Conhecimento” são as duas ações que despertam maior inte-

resse. Sobre a atuação da chefia imediata, 57% dos participantes consideram que ela incentiva a organização, a sistematização e o compartilhamento do conhecimento. Por fim, 82% dos participantes concordam com a seguinte assertiva: “Estou satisfeito (a) com as condições e ferramentas que o TCE oferece para a organização e compartilhamento do conhecimento”. Deste percentual, 42% dos participantes concordam em parte com essa assertiva e 40% concordam totalmente.

Cabe registrar que, em 2021 o Plano de Gestão do Conhecimento começou a ser implantado.

No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de satisfação com a Gestão do Conhecimento



18.2 - TAXA DE EXECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

Este indicador mede a taxa de avanço do projeto “Execução do plano de gestão do conhecimento”, a cada ano. As entregas e os pesos constam no cronograma detalhado no item 4 do Plano Estratégico de Gestão do Conhecimento.

Em 2021 o resultado desta taxa foi de 100%, alcançando a meta estabelecida (100%)

» Projetos estratégicos relacionados com o objetivo

PROJETO	OBJETIVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
(2021) Execução do Plano Estratégico de Gestão do Conhecimento (Em execução)	Acompanhar a execução do Plano Estratégico de Gestão do Conhecimento, de forma que os objetivos específicos definidos sejam atingidos nos prazos previstos e com a qualidade desejada	• Comitê de Gestão do Conhecimento instituído e formalizado • Modelo da Gestão do Conhecimento do TCE-PE elaborado • Modelagem do Processo de Gestão do Conhecimento iniciada • Site da GC iniciado
Ementas Jurisprudenciais (Em execução)	Reestruturar a sistematização da jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Processualística, Súmula e Jurisprudência, vinculado ao Instituto Rui Barbosa – IRB	• Site para consulta do sistema de Jurisprudência desenvolvido

INDICADOR ESTRATÉGICO

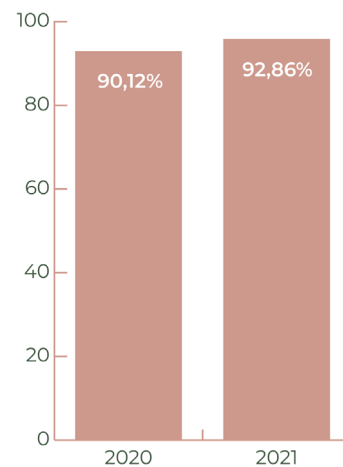
19.1 - TAXA DE SATISFAÇÃO COM OS SERVIÇOS DE TI

Aferido através da Pesquisa Institucional, esse indicador mede a taxa de satisfação dos servidores com os serviços de TI. No cálculo da taxa, é considerada a razão entre o total das respostas com “Satisfeitos” e “Muito Satisfeitos” (numerador) e o total das respostas “Insatisfeito, Pouco Satisfeito, Satisfeito e Muito Satisfeito” (denominador).

Em 2021, do total de 406 servidores que responderam a Pesquisa Institucional, 191 responderam que estavam muito satisfeitos e 186 que estavam satisfeitos, contra apenas 9 que responderam que estavam insatisfeitos e 20 pouco satisfeitos. Assim, o indicador atingiu um percentual bastante expressivo de 92,86%, superando a meta prevista de 90%.

No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de Satisfação com os serviços de TI



O Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) tem atuado para estruturar a Governança de TI, alinhando cada vez mais a TI à estratégia do TCE e à satisfação dos usuários. Todas as gerências estão se estruturando (processos, fer-

ramentas e equipes) para aumentar a qualidade dos serviços prestados. Além disso, é importante ressaltar que a atual configuração do DTI no modelo de trabalho remoto também está contribuindo com o aumento da produtividade e entrega das demandas.

» Projetos estratégicos relacionados com o objetivo

PROJETO	OBJETIVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
Elaboração e Monitoramento do Plano de Governança de TI	Aprimorar a Governança de TI do TCE-PE, criando e/ou aperfeiçoando procedimentos que sejam efetivos e estejam alinhados com outros objetivos estratégicos do TCE-PE	• Metodologia definida • Contexto atual do TCE-PE descrito • Principais resultado para o ciclo 2020/2025 definidos • Cronogramas de ações e projetos para o ciclo definidos • 1ª Versão do Plano elaborada • Metas definidas e indicador do plano detalhado • Sistemática de Gestão de Risco definida • Ações de comunicação traçadas

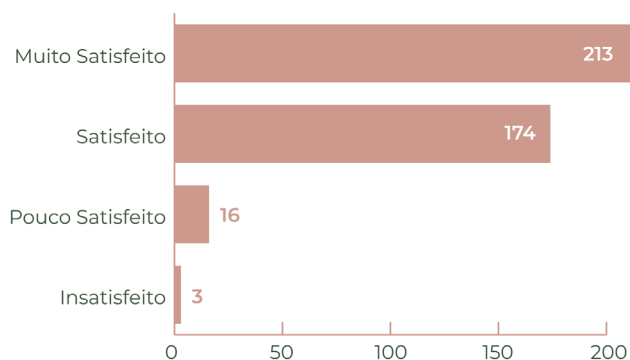
INDICADOR ESTRATÉGICO

20.1 - TAXA DE SATISFAÇÃO COM OS BENS E SERVIÇOS

Esse indicador mediu, em 2021, o valor de 95,32%, de uma meta prevista de 92%, alcançando um desempenho de 103,61%.

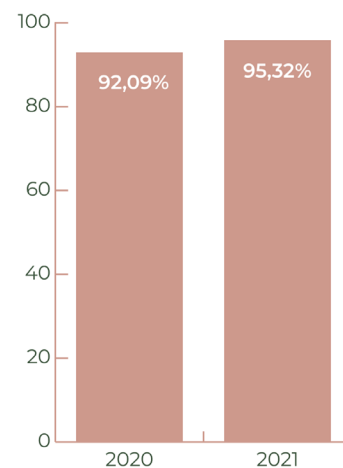
O indicador, que é parte integrante da Pesquisa Institucional realizada anualmente pelo TCE, teve, em 2021, sua primeira meta estabelecida e sua segunda medição realizada. A taxa de satisfação foi calculada utilizando-se apenas a assertiva “Bens e serviços oferecidos pelo TCE para o desempenho do seu trabalho” e os critérios utilizados foram Insatisfeito, Pouco satisfeito, Satisfeito e Muito satisfeito. Para efeito do indicador foram consideradas apenas as respostas positivas (Muito satisfeito e Satisfeito). Os resultados da pesquisa aplicada podem ser visualizados no gráfico a seguir:

Gráfico - Taxa de satisfação com os bens e serviços



No gráfico a seguir, apresenta-se a série histórica de medições do indicador:

Gráfico - Medição da Taxa de satisfação com os bens e serviços



Em 2021, um ano marcado pelas dificuldades devido à pandemia, o resultado alcançado reflete a percepção dos respondentes sobre o grande esforço desenvolvido pela Gestão e a rapidez de sua atuação para oferecer uma infraestrutura segura e condições satisfatórias para o desenvolvimento dos trabalhos em home office, sem prejuízo da produtividade e qualidade dos serviços oferecidos. Quando comparado a 2020, a taxa de satisfação cresceu 3,23 pontos percentuais.

» **Projetos estratégicos relacionados com o objetivo**

PROJETO	OBJETIVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Gestão Financeira e Orçamentária - Módulo 1- PLANORC (Finalizado)	Desenvolver e implantar o módulo 1 PLANORC - Planejamento Orçamentário	• Módulo 1 - PLANORC, do Sistema de Gestão Financeira e Orçamentária desenvolvido e implantado.
Desenvolvimento do Sistema de Gestão Financeira e Orçamentária - Módulo 2 - LID e SRF (Em execução)	Desenvolver o Módulo 2 do Sistema de Gestão Financeira e Orçamentária.	• Levantamento dos sistemas existentes e de novas demandas realizados. • Requisitos LID e SRF levantados e aprovados. • Levantamento de requisitos do escopo 2022 aprovado. • Arquitetura concluída. • 06 Sprints, de um total de 12, entregues e homologadas.
Elaboração e implantação do Plano de Sustentabilidade (Em execução)	Aprimorar as ações e práticas relativas à sustentabilidade no âmbito do TCE-PE	• Não foi possível realizar convênio com a UFR-PE. Está sendo trabalhada uma nova alternativa para o projeto.
Implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI (Em execução)	Implantar o Sistema SEI, visando dar suporte à produção, edição, assinatura e trâmite de processos e documentos no âmbito do TCE	• Tipos de processos e documentos a serem migrados para o SEI definidos. • GEPR adequada para implantação do SEI. • Regulamentação interna do SEI realizada. • Instalação do Sistema SEI realizada. • Migração de dados para o SEI realizada. • Sistemas do TCE integrados com SEI. • Capacitação para o uso do SEI realizada. • Implantação da 1ª etapa do SEI concluída.



**Tribunal
de Contas**
ESTADO DE PERNAMBUCO